

Universidade de Lisboa  
Instituto de Ciências Sociais



Identidade, território e práticas familiares:  
a relação com a terra e a emigração em Sever do Vouga

Ana Luísa Martins Micaelo

I Mestrado em Antropologia Social e Cultural

2008

Universidade de Lisboa  
Instituto de Ciências Sociais



Identidade, território e práticas familiares:  
a relação com a terra e a emigração em Sever do Vouga

Ana Luísa Martins Micaelo

Tese orientada pela Professora Doutora Susana de Matos Viegas

I Mestrado em Antropologia Social e Cultural

2008

## **Resumo**

Neste trabalho propõe-se uma reflexão sobre as complexas relações que se estabelecem entre identidade, mobilidade e território, enfatizando a forma como elas se articulam com projectos familiares e mecanismos de diferenciação de género em contextos rurais historicamente muito marcados pela emigração.

Partindo do pressuposto de que a mobilidade é útil para compreendermos a forma como as categorias espaço-temporais se relacionam com os processos de identidade, salientamos o contributo deste trabalho para uma abordagem da articulação entre identidade e a diversidade das práticas familiares em Portugal, perspectivando-a à luz da análise da emigração em meios rurais. Numa altura em que o tema das migrações tem merecido particular desenvolvimento na antropologia, consideramos pertinente que se faça uma reflexão acerca da forma como a mobilidade humana se articula com os processos identitários decorrentes das concepções familiares e de género particulares e ainda com os fenómenos históricos, económicos e políticos que caracterizam determinada região. Em vez de se ver a deslocação como algo que constitui “um problema”, por receio de que provoque um colapso das estruturas familiares, propomos o estudo da emigração a partir do contexto de origem, onde os próprios factos quotidianos da migração, do movimento e da deslocação nos permitem entender o que significa estar ligado a um determinado lugar.

Tendo em conta que a estrutura familiar marcada pela emigração caracteriza historicamente o contexto rural do Noroeste do país, na medida em que se verifica que as práticas familiares integram sucessivamente, ao longo de gerações, membros emigrados temporária ou permanentemente, interessa-nos compreender como se constitui a identidade familiar e social daqueles que permanecem, como dos que vivem durante vários anos noutra(s) país(es). Assim, partindo de uma abordagem etnográfica sobre um contexto rural na região de Sever do Vouga, esta tese mostra que as formas familiares em contextos rurais onde são os portugueses que emigram nos permitem alargar a reflexão sobre a diversidade das práticas familiares contemporâneas em Portugal.

**Palavras-chave:** família, género, emigração, identidade, ruralidade, Portugal

## **Abstract**

In this thesis we propose a reflection on the complex connections that are set between identity, mobility and territory, emphasizing the way in which they articulate with family projects and mechanisms of gender differentiation in rural contexts historically characterized by emigration.

Assuming that mobility is useful in order to understand the way how the spatial and temporal categories connect with the identity processes, we stress the contribution of this thesis to approach the articulation between identity and the diversity of the family practices in Portugal, putting it in the perspective of the analysis of emigration in rural contexts. In a time when Anthropology has been focusing a lot on the subject of migrations, we think that is pertinent to consider the way in which human mobility articulates with identity processes that emerge from particular family and gender conceptions, as well as with the historic, economic and politic phenomenon that characterizes the specific region. In stead of considering displacement as a "problem", a cause for the breakdown of the family structures, we propose its study from the context of its origin, where the very own day-to-day facts of migration, movement and displacement allow us to understand what it means to be connected to a specific place.

Considering that a family structure marked by emigration is a historic characteristic of the Portuguese North-western rural context - as we verify that the family practices integrate, generation after generation, members that were temporarily or permanently emigrated - we want to understand the way in which the family and social identity of those who stay are constituted, as well of those who live for several years in another country/countries. Thus, using an ethnographic approach on a rural context in Sever do Vouga, this thesis shows how the family forms in rural contexts where the Portuguese are the ones who emigrate allow us to stretch the reflection on the diversity of contemporary family practices in Portugal.

**Key words:** family, gender, emigration, identity, rurality, Portugal

# Índice

## Capítulo 1

Introdução .....	Página 1
Apresentação da problemática e dos contributos da tese .....	Página 2
Metodologia .....	Página 4
Introdução ao contexto em análise .....	Página 6

## Capítulo 2

O estado da Arte .....	Página 8
Uma breve resenha das migrações na antropologia .....	Página 9
A família, o género e as redes sociais nos trabalhos sobre migrações .....	Página 12
O estudo do parentesco e do género na antropologia .....	Página 17
A importância das categorias espaço-temporais para os processos de identidade e parentesco .....	Página 20

## Capítulo 3

A relação com a terra: trabalho, género e identidade .....	Página 27
Descrição do contexto: a agricultura de subsistência .....	Página 28
A estrutura familiar e a centralidade da emigração .....	Página 31
A ligação com a terra .....	Página 38

## **Capítulo 4**

A emigração: relações familiares e mobilidade ..... Página 43

    O contexto histórico dos vários tipos de emigração ..... Página 44

    O projecto familiar ..... Página 54

## **Capítulo 5**

Conclusão ..... Página 58

Bibliografia ..... Página 62

# capítulo 1



introdução

## Capítulo 1

### Introdução

#### Apresentação da problemática e dos contributos da tese

Neste trabalho propõe-se uma reflexão sobre as complexas relações que se estabelecem entre identidade, mobilidade e território, enfatizando a forma como elas se articulam com projectos familiares e mecanismos de diferenciação de género em contextos rurais historicamente muito marcados pela emigração.

Partindo do pressuposto de que a mobilidade é útil para compreendermos a forma como as categorias espaço-temporais se relacionam com os processos de identidade, salientamos o contributo deste trabalho para uma abordagem da articulação entre identidade e a diversidade das práticas familiares em Portugal, perspectivando-a à luz da análise da emigração em meios rurais.

Numa altura em que o tema das migrações tem merecido particular desenvolvimento na antropologia, consideramos pertinente que se faça uma reflexão sobre a articulação da mobilidade humana com os processos de criação e estruturação da identidade que decorrem de concepções e modelos particulares de família e género e ainda com os fenómenos históricos, económicos e políticos que caracterizam determinada região. Em vez de se ver a deslocação como algo que constitui “um problema”, por receio de que provoque um colapso das estruturas familiares, propomos o estudo da emigração a partir do contexto de origem, onde os próprios factos quotidianos da migração, do movimento e da deslocação nos permitem entender o que significa estar ligado a um determinado lugar.

Uma vez que os espaços se encontram hierarquicamente interligados, também as relações de poder entre os vários países através dos quais as pessoas se movimentam são diferenciadas e assimétricas. A própria mobilidade é um processo selectivo, já que depende da construção histórica de relações políticas, económicas e sociais entre os Estados, e ainda da selecção que decorre dos mecanismos de diferenciação social de género, geração, fase do ciclo de vida familiar, classe, origem, entre outras. Só nesta condição poderemos compreender o que torna possível que as mulheres de determinado contexto rural tenham mais facilidade em viajar para outros países do que em sair do seu concelho.

Uma longa produção académica sobre emigração (portuguesa, cabo-verdiana, caribenha, mexicana e bengali, entre outras) demonstra ser na esfera das relações familiares que se decide e negocea o projecto migratório. Da mesma forma, é significativo que as redes sociais que os migrantes estabelecem sejam estruturadas pelo parentesco. Não só em termos de estabelecimento de contactos ou de integração nos países de acolhimento, entendemos que, também nos locais de origem, as práticas familiares estão intimamente ligadas com esta mobilidade, na medida em que se verifica que elas integram sucessivamente, ao longo de gerações, membros emigrados temporária ou permanentemente. Neste sentido, interessa-nos particularmente compreender como se constitui a identidade familiar e social tanto daqueles que permanecem, como dos que vivem durante vários anos noutra(s) país(es). Uma outra questão pertinente tem sido evidenciada pelos estudos sobre a “emigração de retorno”<sup>1</sup>, ao demonstrarem que, muitas vezes, este tipo de migração entre os meios rurais e os contextos transnacionais assenta numa relação privilegiada com a terra.

No que respeita ao estudo sobre a diversidade de práticas familiares em Portugal, consideramos que eles não têm vindo a integrar a diversidade histórica dessas práticas familiares no meio rural, como se as formas familiares só fossem “novas” em contexto urbano ou por influência da imigração. Deste modo, partimos da hipótese de que a análise etnográfica das formas familiares em contextos rurais onde são os portugueses que emigram também nos ajuda a pensar nessa diversidade e alarga, portanto, o contexto de reflexão sobre as “novas” práticas familiares.

Assim, a presente reflexão baseia-se no conhecimento de um contexto etnográfico do Centro Norte de Portugal – Sever do Vouga – cujas práticas familiares estão fortemente marcadas pela emigração. Uma vez que a estrutura familiar marcada pela emigração caracteriza historicamente o contexto rural do Noroeste do país, considera-se que uma abordagem etnográfica que faça uma correlação entre identidade, práticas familiares, diferenciação de género e relação com a terra pode ajudar a construir uma perspectiva nova sobre a pluralidade de práticas familiares nos meios rurais em Portugal, ganhando com debate mais alargado sobre mobilidade e migração transnacional.

---

<sup>1</sup> Sinteticamente, esta expressão refere-se ao movimento de volta para o país ou área de origem, temporariamente ou por longos períodos e será desenvolvida mais à frente.

Propomos, então, uma perspectiva sobre relações familiares, ruralidade e emigração que também pode contribuir para a reflexão sobre as condições estruturantes da relação com os locais de origem e com a terra.

### Metodologia

Ainda que este trabalho não seja uma monografia etnográfica, nele inclui-se uma abordagem etnográfica como forma de integrar a contextualização social deste fenómeno, nomeadamente, salientando a importância da articulação entre família e emigração do ponto de vista do local de origem (cf. Goldey 1982, Brettell 1991, Gardner 2001). Ainda que se analise a emigração a partir dos meios rurais, é importante salientar que este trabalho não partilha do pressuposto da migração enquanto processo de modernização. Neste sentido, salientamos a importância de uma perspectiva histórica sobre a emigração, que nos permita ultrapassar o grande enfoque do estudo da primeira geração (Brettell e Hollifield 2000: 17).

Tal como a dicotomia entre o espaço rural e o urbano, a oposição entre moderno e tradicional é detonada ao evidenciarem-se os processos de diferenciação de género e relações familiares que perpassam ambos os contextos. Mesmo num contexto rural, há que ter em conta que os indivíduos e os grupos domésticos constituem várias formas de relação com elementos de fora das suas redes, ou seja, criam outras redes, fora da família e mesmo da região (cf. Kearney 1986: 354). Da mesma forma, e porque podemos considerar não fazer sentido haver uma distinção entre antropologia urbana e rural (cf. Pina Cabral 1991: 107), não pretendo aqui circunscrever-me ao estudo de uma comunidade encerrada no campo (metafórica e espacialmente), mas partir precisamente das relações sociais que as pessoas no local de origem estabelecem com outras regiões e outros países. Neste sentido, o transnacionalismo adquire um contorno que nos parece interessante, na medida em que diz respeito não apenas aos migrantes mas também à sua sociedade de origem.

Evidentemente, o trabalho de campo antropológico acontece em localizações particulares, mas ele não tem de se confinar ao estudo das relações que se circunscrevem a essas localidades. No caso do estudo das migrações, o objecto em análise pode ser recortado em função das relações sociais que se estabelecem entre as

peças que habitam e se deslocam entre vários territórios (cf. Olwig e Hastrup 1997).

É certo que as pessoas sempre foram móveis e as identidades menos fixas do que têm sugerido as tipologias das políticas sociais. Alguns historiadores defendem que “a migração devia ser vista como um elemento normal das sociedades humanas ao longo da história” (cf. Smith 2008: 464). Hoje em dia, o crescimento das migrações, dos novos fluxos transnacionais e a questão dos refugiados, muito marcados pela situação pós-colonial, são evidentes em qualquer parte rural ou urbana do mundo contemporâneo.

A habilidade das pessoas para confundir as ordens espaciais estabelecidas, quer através do movimento físico como através dos seus próprios actos conceptuais e políticos de re-imaginação, prova que espaço e lugar nunca podem ser dados e que é importante considerar sempre a sua construção sociopolítica (Gupta e Ferguson 2002). No entanto, à medida que se foi desconstruindo a noção de uma relação natural e essencial entre o lugar e a cultura, a ideia de espaços cultural ou etnicamente distintos foi-se reificando cada vez mais. Enquanto os antropólogos estão preocupados em des-essencializar o conceito de cultura e desconstruir a noção de todos culturais limitados e localizados, muitas destas noções são apropriadas e reivindicadas pelos discursos institucionais e pelas pessoas que estudamos, para quem “o lugar tem uma importância central enquanto fonte de vida e ponto de referência com o qual se podem identificar” (Olwig e Hastrup 1997: 11-12).

Assim, entendemos que o nosso objecto deve ser definido também em função das dinâmicas de mobilidade que existem, sendo que estas não correspondem necessariamente à existência de processos de identidade propriamente desterritorializados. A perspectiva aqui desenvolvida vai no sentido de entender a forma como os projectos de migração existentes num determinado contexto podem ser úteis para entendermos também outras características nas práticas sociais locais, nomeadamente, a existência de modelos de organização familiar e processos de criação de identidade que privilegiam a relação com a terra.

### Introdução ao contexto em análise

A realização deste trabalho foi possível no seguimento de um primeiro estudo etnográfico sobre relações familiares e de género realizado num contexto rural português, no âmbito da minha tese de licenciatura (cf. Micaelo 2005). Neste sentido, e tendo em conta o meu percurso de investigação, não se trata já de um primeiro contacto com o trabalho de campo, nem de uma primeira exploração etnográfica neste contexto. Justamente por manter o *locus* inicial da pesquisa, o presente trabalho resulta num aprofundamento e consolidação das questões levantadas anteriormente e beneficia ainda do meu enquadramento académico, primeiro como bolsista e depois como investigadora, no projecto de investigação “Práticas Familiares Contemporâneas em Portugal” (CEAS/ISCTE). Por outro lado, tendo sido introduzida ao vasto campo de estudos das migrações no decorrer do Mestrado em Antropologia Social e Cultural que frequento, esta tese corresponde a uma primeira reflexão acerca das questões que envolvem a mobilidade humana, tema sobre o qual tenciono continuar a debruçar-me em trabalhos posteriores.

A recolha de informação empírica fez-se através da realização de trabalho de campo com observação participante (cf. Sanjek 1990), incluindo várias entrevistas com vista à elaboração de estudos de caso, histórias de família e narrativas de vida (cf. Pina Cabral e Lima 2005). As entrevistas semi-dirigidas foram maioritariamente individuais e seguiram as linhas estabelecidas em guiões previamente preparados. Cada período de trabalho de campo foi seguido de um trabalho de organização, indexação e análise do material empírico recolhido (transcrição de entrevistas e das notas de campo, elaboração de esquemas de arrumação do material, etc.). O estudo realizado anteriormente (cf. Micaelo 2005) tratou fundamentalmente da análise dos mecanismos de diferenciação de género e das relações familiares neste contexto. Para tal, realizaram-se ao longo de 2005 vários períodos de trabalho de campo que perfizeram, ao todo, cerca de um mês e meio.

O trabalho de campo realizado exclusivamente para esta tese, contemplando portanto a questão da emigração, decorreu em dois períodos diferentes – em Agosto de 2007 (cerca de um mês) e durante todo o mês de Abril de 2008 – de forma a permitir a articulação com o calendário lectivo do mestrado. Escolheu-se o mês de Agosto por corresponder ao período do ciclo anual em que os emigrantes estão

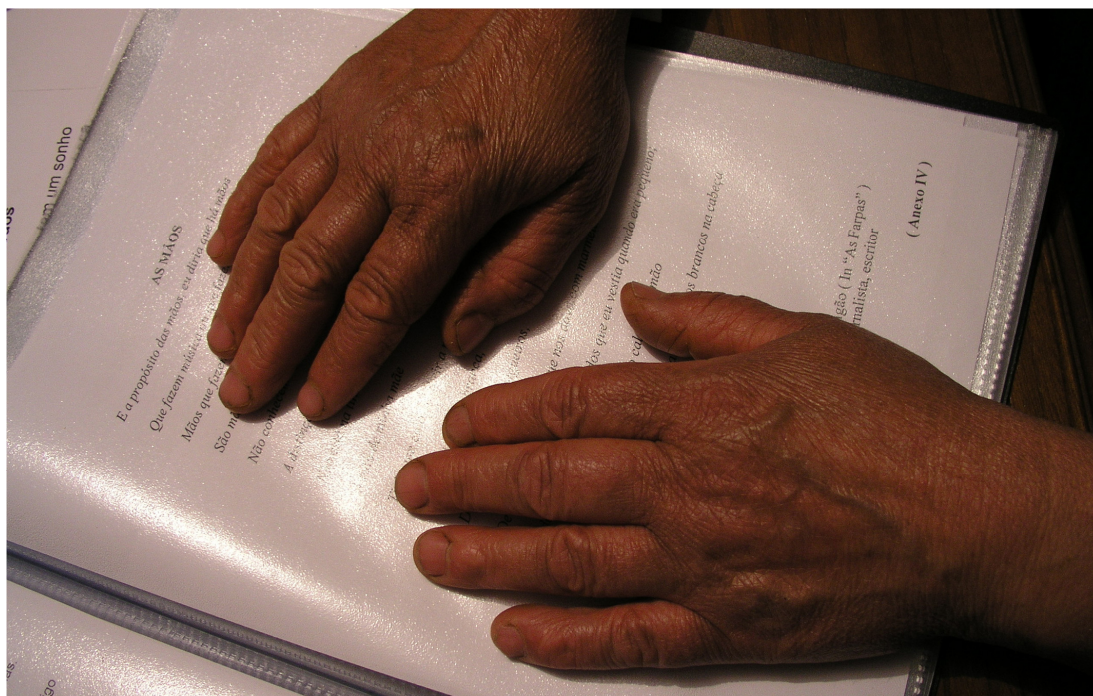
presentes no local de origem. Através do acompanhamento dos agregados familiares já conhecidos, pretendia-se atestar as alterações decorrentes da presença dos emigrantes nas famílias e no próprio ritmo da comunidade local, numa altura em que havia muito mais gente presente.

Durante a última fase de trabalho de campo realizaram-se as restantes entrevistas com vista ao desenvolvimento de estudos de caso. Com o auxílio de vários informantes privilegiados, realizou-se ainda uma espécie de censo familiar local, para identificar, em articulação com o material mais qualitativo recolhido, a composição dos agregados e a relevância local da emigração (permanente e sazonal, passada e presente). Realizaram-se ainda entrevistas à direcção e aos técnicos de uma instituição de desenvolvimento local com o intuito de conhecer o seu diagnóstico da região, os planos, as transformações e a avaliação do impacto da sua intervenção no âmbito das relações familiares, de género e da formação de adultos.

Ao todo, nos dois períodos de trabalho de campo que decorreram com o intervalo de quase um ano (entre 2007 e 2008), foram realizadas cerca de 40 entrevistas, a maior parte delas gravadas, e estabelecidas inúmeras conversas informais, nos mais variados contextos (de trabalho, em casa, nos espaços públicos) dos diversos lugares da freguesia.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira constitui uma reflexão a partir da problematização teórica feita tendo em conta o estado da arte das temáticas na disciplina. Apresentam-se sucintamente as discussões mais importantes nas áreas do estudo das migrações e ainda do parentesco e do género e introduzem-se dados de outras etnografias na medida em que eles permitam a melhor contextualização da discussão. A outra parte é constituída por dois capítulos etnográficos nos quais se desenvolve a reflexão relativa à forma como as práticas familiares e a vivência da ruralidade podem ser vistas à luz da emigração, a partir das configurações locais da questão e dos dados recolhidos através do trabalho de campo realizado. Por fim, enunciar-se-ão as principais conclusões, tal como outros aspectos que poderão ainda vir a ser objecto de reflexão em trabalhos posteriores.

## capítulo 2



o estado da arte

## Capítulo 2

### O estado da arte

#### Uma breve resenha das migrações na antropologia

O estudo das migrações começou a expandir-se na antropologia, na década de 70, a partir de estudos sobre regiões onde se verificava uma migração em massa das zonas rurais para as cidades (Brettell e Hollifield 2000: 20). Neste sentido, a existência de camponeses nas cidades permitia relacionar a migração com as questões da urbanização e do desenvolvimento (Kearney 1986; Brettell 2000). Para além deste contexto, o interesse pela migração internacional nas ciências sociais está também relacionado com as várias vagas de emigração e imigração, nomeadamente o *boom* da emigração de trabalho nos anos 60 e 70, dos países da bacia do Mediterrâneo para os países da Europa Ocidental, e as migrações do México para os EUA. Aos poucos, os migrantes internacionais começaram a ser objecto de trabalhos de investigação, resultando já numa vasta literatura nas ciências sociais. As várias disciplinas abordam as migrações a partir de um paradigma comum, mas de uma variedade de pontos de vista teóricos, de níveis e de unidades de análise (Brettell e Hollifield 2000: 1-2; Brettell 2000: 98). Ainda que a questão das migrações tenha sido analisada por estas várias perspectivas disciplinares e que se considere que a interdisciplinaridade pode ser útil para analisar o fenómeno, este trabalho enquadra-se na reflexão antropológica.

Em termos gerais, identificam-se três orientações teóricas nos estudos antropológicos sobre migrações: a teoria da modernização, a teoria da dependência/macro-estrutural e o transnacionalismo (Kearney 1986; Brettell 2000). Nos trabalhos baseados na teoria da modernização, em voga entre os anos 20 e 60, a principal unidade de análise é o migrante individual e analisam-se as suas motivações para a decisão de migrar, tal como a forma como o migrante se adapta no contexto de acolhimento. Neste sentido, a teoria da modernização é psicologista, individualista, micro-económica e a-histórica (Kearney 1986: 338). Esta teoria apresenta-nos o mundo dividido entre o tradicional e o moderno, uma dicotomia que corresponde à distinção entre o mundo subdesenvolvido/mundo desenvolvido, e que, em última instância, corresponde à divisão entre campo/cidade. Por este motivo, as

causas da migração (conhecidas como “push and pull”) devem-se a factores que empurram os indivíduos (“push”) das sociedades tradicionais e que atraem (“pull”) para as áreas desenvolvidas (*idem*: 333).

Na senda das preocupações com a “mudança cultural”, é de referir a Escola de Chicago e os trabalhos de Robert Redfield, nos quais a urbanização era percebida como um processo que levava à desestruturação das relações familiares, assim como a uma maior secularização e, no fundo, modernização<sup>2</sup>. Esta perspectiva sobre as migrações tinha ainda um pendor de urgência, na medida em que se previa que os migrantes se tornariam agentes de mudança nas suas comunidades de origem, podendo ainda resultar numa dependência dessas comunidades da migração (Brettell 2000: 103).

No entanto, a partir dos anos 60 os antropólogos começam a notar que as implicações da teoria da modernização não correspondiam às realidades observadas, nomeadamente no sentido em que os migrantes não se tornam individualizados e mantêm laços sociais e de parentesco com outros migrantes e com aqueles que ficaram no seu local de origem (Kearney 1986: 336). Assim, Kearney refere que a partir de 1975 as abordagens antropológicas sobre este tema começaram a falar da continuidade do rural (tradicional) no contexto urbano, contrariando a teoria da modernização (1986: 337). Em termos académicos, é particularmente relevante a reacção do pós-guerra da Escola de Manchester, nomeadamente nos trabalhos de Max Gluckman, Philip Mayer e J. Clyde Mitchell.

Foi-se então construindo uma crítica neo-marxista à teoria da modernização, na qual o urbano e o rural não são concebidos como duas economias distintas, mas que estão ligadas pelos laços da dependência e servem as necessidades do centro o que, por sua vez, caracteriza o sistema capitalista mundial. Esta abordagem histórico-estruturalista muda a atenção das motivações e adaptações individuais dos migrantes para as relações e os processos históricos macroeconómicos que moldam e sustentam o movimento das populações ao nível nacional e internacional. A unidade de análise utilizada por este corpo teórico é o mercado global e a forma como as políticas económicas nacionais e internacionais (particularmente o desenvolvimento

---

<sup>2</sup> Sobre a relação entre os estudos de comunidade e a conceptualização dos meios rurais como tradicionais cf. Sobral 1999: 39-46.

capitalista) têm disruptido, deslocado ou mesmo atraído populações locais, gerando assim correntes migratórias particulares (Brettell 2000: 103).

Esta perspectiva sobre os processos macro-económicos foi criticada na antropologia desde a década de 90, por não permitir compreender as especificidades locais e as relações económicas, sociais e políticas horizontais através das quais os laços de dependência são reproduzidos. Kearney chama mesmo a atenção para os limites daquilo que ele denomina de “teoria da dependência” relativamente à sua capacidade em gerar pesquisas ao nível local acerca dos problemas da migração a partir das comunidades rurais, ou ainda os fluxos de bens e dinheiro no sentido oposto, cujos efeitos são evidenciados, por exemplo, pela emigração de retorno (1986: 339). Este aspecto interessa-nos particularmente e será desenvolvido mais à frente.

Em 1992, Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc propunham o transnacionalismo como uma nova perspectiva teórica relativamente ao estudo das migrações. Alegaram então que o novo migrante transnacional mantém simultaneamente relações sociais multi-situadas, que ligam as sociedades de origem e de acolhimento (cf. Glick-Schiller *et al.* 1999). Esta nova forma de teorizar sobre a articulação entre as sociedades de origem e de acolhimento surgiu em reacção à abordagem macro que retratava os migrantes não como agentes, mas reagentes passivos manipulados pelo sistema capitalista mundial. O conceito de transnacionalismo surge, portanto, como o estudo dos movimentos da população num mundo em que a melhoria dos meios de transporte e das telecomunicações tem encurtado a distância social entre as sociedades de origem e receptoras. Neste sentido, propõe-se dar conta do processo social através do qual os migrantes operam em campos sociais que transgridem as fronteiras geográficas, políticas e culturais (*idem*). Por isso, o transnacionalismo reflecte um afastamento da antropologia das unidades de análise limitadas e dos estudos das comunidades localizadas e está intrinsecamente ligado com os interesses decorrentes do pós-modernismo e da teoria feminista com vista a uma nova teorização do espaço e do lugar<sup>3</sup>.

Existem, contudo, algumas críticas sobre a real novidade epistemológica do conceito de transnacionalismo, relativamente ao estudo das migrações. A julgar pelas

---

<sup>3</sup> Cf. Brettell 2000: 104; cf. os trabalhos de Appadurai, Hannerz, Ho, Gupta e Ferguson; e ainda Malkhi 1992 e 1995.

volúmosas remessas enviadas dos países de imigração para os locais de origem, assim como as elevadas taxas de emigração de retorno, questiona-se justamente a originalidade de existência de pessoas que mantenham em simultâneo ligações em vários países e mesmo as chamadas “famílias transnacionais” (cf. Nancy Foner 1997 citada em Smith 2008). Segundo Brettell e Hollifield, o modelo do transnacionalismo foi primeiro formulado pelos antropólogos, mas acabou por causar impacto na investigação sobre migrações em muitas outras disciplinas, incluindo a sociologia e a ciência política. Na antropologia, as suas raízes podem ser encontradas nos trabalhos iniciais sobre emigração de retorno que enfatizavam a ligação com a terra natal (*homeland*) e a noção de que a emigração não significava necessariamente uma saída definitiva na mente dos próprios emigrantes (Brettell e Hollifield 2000: 15-16).

Em termos gerais, já desde a década de 70 que alguns autores começaram a tratar de questões relativas à relação entre estrutura e agencialidade tentando, no fundo, incluir a experiência vivida das pessoas numa análise dos processos macro-estruturais que condicionam as suas vidas. Em 1986, Michael Kearney defendia a existência de uma “teoria da articulação”, cuja prioridade eram os estudos da micro-economia e do parentesco e para a qual o grupo doméstico seria onexo mais importante onde a articulação ocorre, uma vez que a comunidade está inserida económica e historicamente no mundo (Kearney 1986: 344).

### A família, o género e as redes sociais nos trabalhos sobre migrações

A ideia de que a família constitui o eixo da organização social dos migrantes adquire importância especial no contexto transnacional, não só pela sua centralidade na estruturação das redes sociais, mas também porque os emigrantes lhe atribuem o significado decisivo na sua experiência pessoal da emigração (cf. Ariza 2002, Gardner 2001, entre outros). Efectivamente, a constituição de redes sociais permite o sentimento de continuidade, identidade e pertença comunitária do emigrante, mesmo quando estas são usadas estrategicamente como recurso para potenciar a sua integração nos contextos de acolhimento (Ariza 2002).

Para vários autores, o parentesco e a organização social passam a estar no centro da investigação sobre migrações em antropologia, justamente porque são os grupos domésticos e as redes sociais que medeiam a relação entre as pessoas e o

sistema mundo, permitindo assim uma compreensão mais proactiva do migrante que o enquadramento histórico-estruturalista (Brettell 2000: 108). Numa revisão da literatura sobre as migrações internacionais, Monica Boyd verifica que a família e as redes sociais associadas aos projectos familiares sempre estiveram presentes nos vários estudos sobre a emigração, tanto naqueles que estão influenciados pelas teorias do “push and pull”, como pelas abordagens marxistas do sistema mundo (Boyd 1989). Por um lado, há que reconhecer que o desenvolvimento de um sistema económico mundial liga os governos e as economias nacionais, muda as economias domésticas e altera as estruturas de emprego dos países de origem e de acolhimento. Em ambos os contextos, as condições económicas e as relações sociais, tal como as políticas de integração, influenciam a activação das redes sociais na mobilização da migração e ainda no estabelecimento dos migrantes e no reagrupamento dos seus familiares. No entanto, a autora demonstra como estas pré-condições das migrações de trabalho estão interligadas com as redes sociais e as estratégias de sobrevivência dos grupos domésticos, o envio de remessas ou a emigração de retorno.

Assim sendo, torna-se claro que os factores estruturais fornecem o contexto no qual as pessoas ou as famílias tomam a decisão de emigrar. No entanto, a uma escala menor de análise, a decisão de emigrar é influenciada pela existência e a participação nas redes sociais, que ligam as pessoas através do espaço e fornecem os recursos, a informação e a assistência necessários (cf. Portes 1996 citado em Ariza 2002: 59). Justamente porque os emigrantes retornados detêm contactos, informações e recursos relativamente aos contextos de acolhimento, eles preservam o uso das redes sociais no processo migratório (Boyd 1989: 650). Este processo acaba muitas vezes por reproduzir as próprias redes sociais, fazendo-as persistir muito depois da mudança das condições estruturais que a induziram, como no caso da emigração Mexicana nos EUA, ou ainda a imigração europeia depois da década de 70.

Muitos investigadores têm vindo a descrever a forma como as relações transnacionais são caracterizadas pela fluidez dos contactos. À fragmentação das unidades familiares e à dispersão dos seus espaços residenciais, têm chamado de “família transnacional multilocal” (Glick Schiller *et al.* 1999; cf. Ariza 2002: 64). Ainda que alguns autores vejam aqui um paradoxo, verifica-se que a tendência para a fragmentação ou desterritorialização do espaço familiar tem sido acompanhada pelo

fortalecimento dos vínculos familiares, assumindo mesmo um papel organizador na vida dos migrantes. Reconhecendo a centralidade que a família tem na estruturação das redes migratórias, mais do que o valor estratégico que representam, parece-nos pertinente problematizar esta relação. Neste sentido, talvez seja útil procurarmos analisar a especificidade de determinadas concepções familiares que levam a que seja possível e, em alguns casos, mesmo expectável, que os seus membros emigrem.

São vários os trabalhos antropológicos que defendem que a migração se tornou uma expectativa e uma parte normal do ciclo de vida, particularmente para jovens rapazes e cada vez mais para jovens raparigas, emergindo aquilo que os estudiosos da migração caribenha designaram de “cultura da migração”<sup>4</sup>. Karen Olwig refere que, por suportarem economicamente a família, os emigrantes afro-caribenhos são modelos para as crianças que esperam também vir a emigrar. Para os emigrantes, é importante que o façam, porque assim mantêm uma relação com o sítio com o qual se identificam e ao qual serão sempre bem-vindos (Olwig 1997).

Mais do que os factores económicos, vários estudos demonstram que os fortes laços familiares são o maior incentivo para o retorno (Gmelch 1980; Brettell 2000). O termo “emigração de retorno” tem sido usado a partir da referência ao padrão de migração do trabalhador convidado – o conceito alemão de *Gastarbeiter* que surgiu depois da 2ª Guerra Mundial na Europa Ocidental e do Norte – em que os trabalhadores imigrantes residem no país de acolhimento por um período de tempo e depois regressam a casa, normalmente com poupanças que conseguiram do seu trabalho (Kearney 1986: 345). As remessas dos emigrantes são frequentemente vitais para a sobrevivência dos seus familiares no local de origem. Este padrão passou ao uso comum para descrever uma abordagem particular dos trabalhadores estrangeiros nos EUA, nomeadamente a emigração sazonal mexicana (o *bracero*), e outros padrões de migrações internas de trabalho agrícola sazonal nos países subdesenvolvidos (Kearney 1986; Boyd 1989; Brettell 2000).

Referindo-se ao modelo do camponês-trabalhador na Europa, Holmes (1983, citado em Brettell 2000: 101) chega mesmo a dizer que a migração é uma estratégia de grande profundidade histórica em algumas partes do mundo e que permite que os

---

<sup>4</sup> Cf. Brettell e Hollifield 2000, Massey *et al* 1993 sobre a migração mexicana e sobre a forma como a mobilidade é representada enquanto via natural e necessária no contexto de Cabo Verde cf. Akesson 2004 e Lobo 2006.

grupos domésticos camponeses tenham persistido ao longo do século XX. Mesmo no século XIX, quando nem os meios de transporte nem as telecomunicações estavam massificados, a emigração transcontinental temporária (para o Brasil, Estados Unidos e Canadá) era prática comum em Portugal, principalmente nas regiões do Minho e Trás-os-Montes, Beiras, Açores e Madeira. Não exclusiva dos trabalhadores portugueses, verificava-se também noutros países europeus (Goldey 1982: 536).

Da mesma forma, os trabalhos etnográficos sobre Portugal demonstram que, embora a emigração possa ser individual e masculina, faz parte de uma estratégia familiar mais alargada que, por seu turno, é harmonizada com possibilidades locais, envolvendo-se neste processo a família e a rede de parentesco (cf. Bouquet 1986). Desde o século XIX que existe uma longa tradição de emigração masculina, de solteiros e casados, no norte do país, o que está intimamente ligado com a concepção do papel da mulher na sociedade e na família, nomeadamente, o papel económico desempenhado pelas mulheres que trabalhavam no campo (cf. Brettell 1991: 113; Goldey 1982 e 1983; Pina Cabral 1989: 112). Sempre pautada pela ideia do regresso, a emigração portuguesa tinha como objectivo a mobilidade social no seu próprio contexto de origem (Brettell 1991: 131). E ela não é, segundo Caroline Brettell, um fenómeno recente, chegando mesmo a dizer que “emigrar para voltar” faz parte do *ethos* cultural de Portugal<sup>5</sup>. Primeiro para o Brasil e depois para França, este é um óptimo exemplo de uma população envolvida numa migração laboral dispersa, que mantém ao mesmo tempo uma forte ideologia de retorno (Brettell 2003: 63).

No seu trabalho sobre o Alto Minho rural, Pina Cabral constata a existência de emigração masculina desde há muito, assumindo mesmo a categoria de actividade económica mais importante depois da agricultura. Apesar de a ela terem sido impelidos os camponeses mais pobres, verifica-se nos anos 70 uma tendência para voltar ao local de origem e investir, comprando terras e construindo casas (Pina Cabral 1989: 40 e 44). Também Patrícia Goldey considera a emigração como uma tradição local consagrada, na medida em que é vista como uma opção legítima e até esperada (1982: 550 e 539), que acaba por contribuir (através do envio de remessas, compra de terras, construção da casa, investimentos, educação dos filhos) para a

---

<sup>5</sup> Sobre a profundidade histórica da emigração portuguesa ver ainda Rowland 1998a e 1998c, Leandro 2004 entre outros.

continuidade social da aldeia que, por conseguinte, não pode mais ser considerada uma unidade isolada do seu contexto regional, nacional e mesmo internacional.

É particularmente notório que os estudos do parentesco e do género em meio rural tenham assumido um lugar importante no desenvolvimento da própria disciplina antropológica em Portugal, tendo sido os contextos etnográficos do Norte do país, o Minho e Trás-os-Montes, os mais estudados<sup>6</sup>. Neste sentido, pretendemos resgatar os trabalhos clássicos da antropologia sobre Portugal sobre a articulação entre relações familiares e de género em meio rural, perspectivando-os agora a partir do debate sobre emigração.

A nossa perspectiva analítica pode contribuir para uma problematização crítica da ideia de que a “modernidade” (associada aos processos de industrialização, urbanização, escolarização, mobilidade física e social, etc.) tem vindo a acabar com as relações familiares de entreajuda, levando a um processo de homogeneização das práticas familiares a acontecer em diferentes graus, mas no mesmo sentido. Partilhando desta perspectiva teórica da modernização, começam agora a verificar-se em Portugal aquilo que alguns autores denominam de “novas formas familiares”, como por exemplo as famílias monoparentais compostas pela mãe e os filhos (cf. Ferreira e Aboim 2002, Aboim e Wall 2002, Wall 2005, entre outros). Esta formulação da sociologia da família em Portugal evidencia, de certa forma, as diferenças epistemológicas que subjazem às perspectivas antropológica e sociológica sobre as práticas familiares. Enquanto que a antropologia constrói a sua abordagem a partir de uma crítica à universalidade do modelo da modernidade, a sociologia da família tem perpetuado esse modelo da modernidade no sentido estrito de uma mudança social uniforme e linear, como se, no espaço de duas décadas, a sociedade portuguesa e os meios rurais em particular tivessem sofrido uma transformação completa e inequívoca.

Depois da crítica ao comunitarismo agro-pastoril, por Pina Cabral (1989) e O’Neill (1984)<sup>7</sup>, mostrou-se como, ao contrário de comunidades igualitárias e funcionais, os meios rurais sempre foram constituídos por desigualdades. Mas, tendo

---

<sup>6</sup> Vejam-se os trabalhos de Jorge Dias, Joyce Riegelhaupt, Brian O’Neill, Caroline B. Brettell, Colette Cailler-Boisvert, João de Pina Cabral, Patricia Goldey, entre outros.

<sup>7</sup> Veja-se também o trabalho de Carmelo Lisón-Tolosana sobre a estratificação social numa comunidade em Espanha (1983).

sido desconstruída a ideia de campesinato homogéneo, por corresponder mais aos propósitos simbólicos e políticos do projecto nacionalista até aos anos 70 do que à realidade sociológica (cf. Pina Cabral 1991: 39), será que podemos declarar que o campesinato acabou? Ou que os meios rurais correspondem a um passado tradicional (quase extinto) e os urbanos a um presente moderno? Entrámos pois num período *pós-rural* (cf. Leal 2007)? Ou será, pelo contrário, que ainda é da maior importância equacionarmos a diversidade de práticas e socialidades a partir de uma conceptualização da forma como os meios rurais se integram na dinâmica social contemporânea vivida em Portugal? É esta última convicção que orienta esta tese. Para a explorarmos iremos inserir o debate nos estudos do parentesco e do género, cuja constituição na antropologia importa agora recensear.

#### O estudo do parentesco e do género na antropologia

A articulação dos estudos do parentesco e do género permitiu ultrapassar uma visão reducionista do parentesco quanto à sua função primária de reprodução, implícita no conceito de família nuclear, propondo que a análise das relações e práticas seja permeável, por exemplo, à forma como a família reproduz e reformula as desigualdades de género e de classe (Collier e Yanagisako 1987: 3). A perspectiva teórica que viria a cruzar o estudo do parentesco com o do género partiu, nos anos 70 e 80, de um estreito escrutínio àquela que era considerada uma área de estudos clássica na antropologia, o parentesco (Howell e Melhuus 1996: 40).

A crítica feminista dos anos 70 denunciou a negligência na antropologia da vivência das mulheres nas análises da vida social, por estar subjacente uma naturalização dos processos de constituição e diferenciação de género e reclamou a incorporação da categoria de género como primeira premissa conceptual básica (cf. Carsten 2004; Howell e Melhuus 1996; Stolke 1996). Era então necessária uma epistemologia que permitisse ultrapassar a visão dicotómica e maniqueísta entre o masculino e o feminino.

Desde então, desenrolou-se toda uma área de estudo dedicada ao género, como as novas abordagens ao estudo das emoções e do parentesco. Michelle Rosaldo evidenciou a oposição doméstico/público como “a base de um enquadramento estrutural” analiticamente enviesado que justificava a identificação das mulheres

primeiramente como mães, enfatizando as suas responsabilidades pelos filhos e a casa (Rosaldo 1974, citada em Collier e Yanagisako 1987:18). Ora, esta revelação da biologização da mulher está também na base da desconstrução das categorias dicotómicas de natureza/cultura, emoção/razão, corpo/mente, doméstico/público, mulher/homem, que viria a ser feita no estudo antropológico das emoções, à medida que se foi constituindo como um campo de análise nas ciências sociais. Esta desnaturalização dos processos sociais e o estabelecimento do pressuposto de que parentesco e género são processos culturalmente construídos foram dois dos pilares mais importantes deste percurso teórico.

É ainda no quadro desta mesma abordagem crítica que Jane Fishburne Collier e Sylvia Junko Yanagisako questionam o facto da noção de família estar enraizada na oposição simbólica entre as esferas pública/privada (impessoal/afectivo e pensamento/emoção) e argumentam que, no sentido moderno, a família – enquanto unidade limitada, definida biológica e legalmente, associada à propriedade, à auto-suficiência, ao afecto e ao espaço de uma casa – é uma construção ideológica associada com o Estado moderno (Collier *et al.* 1997). Esta categoria tem sido também posta em causa para a análise dos processos de parentesco no contexto português, nomeadamente por Pina Cabral, problematizando a ideia da família nuclear (casal com filhos) corresponder à unidade social primária<sup>8</sup> neste contexto, uma vez que, alega, para compreendermos a forma como as pessoas constituem quotidianamente as relações familiares, é necessário atender às práticas que se inscrevem não só em redes extradomésticas, como ao longo das gerações, o que este “modelo sincopado” não permite (2003: 120).

Por outro lado, a teoria da prática levanta a questão da inovação histórica que ocorre na prática social, desafiando a oposição entre estrutura e acção. Segundo Sherry Ortner (1984), aquilo a que vulgarmente se chama de teoria da prática, acção ou *praxis*, define-se por ser o símbolo de uma variedade de teorias e métodos que começaram a ser desenvolvidos na antropologia nos anos 80, em alternativa às abordagens mais estruturalistas, que assumiam o determinismo estrutural da acção humana e dos processos históricos. Implica, genericamente, uma mudança de

---

<sup>8</sup> João Pina Cabral defende que o modelo da unidade social primária verificado empiricamente na Europa mediterrânica e atlântica é útil em termos comparativos, quando entendido como uma unidade de parentesco, de residência e de comensalidade (1991: 133).

abordagem das estruturas e sistemas para uma abordagem das pessoas e das práticas. Foi a partir de então que se introduziu na linguagem analítica toda uma série de termos como prática, praxis, acção, interacção, experiência, performance e depois agente, actor, pessoa, *self*, indivíduo e sujeito, que enfatizam a intencionalidade da acção em detrimento da ideia de reprodução (Ortner 1984: 144).

As transformações epistemológicas trazidas pela crítica feminista, pela mudança do paradigma estruturalista para uma abordagem mais atenta à experiência vivida e ainda pela introdução da teoria da prática, fizeram com que o parentesco e o género tenham passado a estar associados com o estudo do quotidiano, das emoções e da noção de pessoa. Estas transformações analíticas não só aconteceram ao mesmo tempo como se influenciaram mutuamente. Elas têm assumido uma enorme relevância na disciplina, beneficiado ainda a teoria antropológica em geral por intermédio das contribuições etnográficas dos diversos contextos comparativos regionais explorados nos vários trabalhos (Sudeste Asiático, Austronésia, Melanésia, América do Sul, etc.) com a introdução, crítica e redefinição das suas próprias categorias de análise, sejam de emoção, pessoa, família ou sociedade (cf. Viegas 2007).

Actualmente, os estudos do parentesco tendem a focar-se nas experiências quotidianas das relações familiares e na forma como essas práticas se inscrevem em concepções de família que envolvem também as concepções de género, sentimentos e afectos. Esta formulação vai no sentido do argumento que Janet Carsten desenvolve em *Cultures of Relatedness*, onde demonstra que, desde os anos 80, o parentesco está sistematicamente ligado com o género e a noção de pessoa, entendida pela relação de mútua constituição de indivíduo e sociedade. A proposta do conceito de *relatedness* (*ser em relação*, ou *estar relacionado*) pretende fazer a passagem da análise formal dos sistemas de parentesco para uma abordagem mais sensível aos idiomas locais de estar relacionado, desafiando com isto as categorias analíticas estabelecidas na antropologia (Carsten 2000; Carsten 2004). Neste sentido, e se tivermos em conta os trabalhos mais recentes, nomeadamente no âmbito das relações entre género, família e trabalho, verificamos grandes diferenças nos modelos e práticas familiares em Portugal (cf. Lima 1996, 2003; Pina Cabral 1989, 2003b).

## A importância das categorias espaço-temporais para os processos de identidade e parentesco

Propomo-nos agora discutir a importância das relações de parentesco para a constituição da identidade pessoal, familiar e social, introduzindo as categorias de tempo e espaço, na medida em que elas complexificam esta relação, seja colocando a ênfase na continuidade e memória, seja no esquecimento genealógico, seja ainda na ligação com o território de chegada ou de origem, em situações de emigração. Por intermédio de dados etnográficos provenientes de vários contextos regionais, abordaremos a diversidade de práticas familiares e formas de constituição do parentesco, nomeadamente na sua relação com a produção da identidade e a legitimação da diferenciação social.

Relativamente ao contexto urbano português, João de Pina Cabral defende que “a identidade pessoal e a identidade familiar se implicam mutuamente e se reproduzem conjuntamente” (2003b: 119). Este pressuposto está na base do conceito de “pessoa familiar”, uma vez que, segundo o autor, “o facto de uma pessoa ter sido criada como membro de uma unidade social primária é uma das principais fontes de identificação social entre pessoas” (*idem*: 120). A partir da análise de várias histórias de família realizadas junto de famílias da classe média urbana, Pina Cabral propõe que consideremos a casa, e não a família nuclear, como um marco da identidade individual e pertença familiar, sendo que é a partir da casa que se criam as relações com os outros parentes e os processos de identidade familiar, assim como a pertença à própria cidade (2003b: 144). Por outro lado, o autor argumenta que o processo de constituição da pessoa é temporalmente vasto. Assim, uma vez que “o processo de reprodução da identidade familiar não é independente da constituição dos membros familiares enquanto pessoas” (*idem*: 148), utiliza-se o conceito de *identidades continuadas*, para acedermos à forma como as famílias existem através do tempo.

Com este mesmo aparelho teórico, Antónia Pedroso de Lima (2002) faz uma descrição etnográfica de grande profundidade acerca da ênfase nesta ideia de continuidade ao longo do tempo que as famílias da elite financeira de Lisboa promovem. Uma das características destas famílias detentoras de grandes empresas é a reprodução de valores que têm a ver com a ideia de prolongamento no tempo, continuidade, preservação, união e colectivo no tempo. Apesar de não pertencerem

necessariamente à nobreza, segundo a autora estas famílias desenvolvem o ideal aristocrático de constituição de linhas de descendência (Lima 2002: 128). Estes processos de sucessão, idealmente varonil, são manipulados de forma a servir a visibilidade do ideal de continuidade. Assim, a constituição da genealogia, com toda a sua profundidade geracional, torna-se um importante elemento de legitimação do prestígio social da família.

Esta forma de constituir a família centrada no valor da continuidade temporal apoia-se ainda noutros instrumentos, como as lendas familiares e os símbolos que produzem elementos identitários do grupo e consolidam os sentimentos de pertença dos indivíduos ao grupo familiar (*idem*: 125). Por outro lado, “a pertença a uma classe e a um grupo de estatuto (*status group*) desempenha um papel muito importante na reprodução das lendas de família” (Pina Cabral 2003b: 131).

Fruto de uma cuidada selecção dos personagens e episódios fundadores, as histórias de família e as genealogias, a “casa de família”, as fotografias e os objectos que passam de geração em geração, tal como a própria transmissão dos nomes pessoais e de família funcionam, tanto quanto o sucesso e continuidade da própria empresa familiar, enquanto mecanismos de construção da memória e da constituição e reprodução destas identidades. Eles “inscrevem nos mais novos a imagem da família como projecto colectivo, materializado em espaços e objectos que a simbolizam e enraízam num passado legitimador, veiculando, simultaneamente, a ideia de que devem ser preservados e respeitados” (Lima 2002: 146).

Assim como as formas de nomeação, a educação das crianças é um processo complexo de diferenciação de género e de constituição de pessoas familiares, de forma a estarem aptas a assegurar esta continuidade da família e da própria empresa. Porque é um elemento de continuidade ao longo das gerações, o nome de família é um símbolo poderoso de identificação social, sendo que a antiguidade se torna, em si mesma, um elemento prestigiante e legitimador do estatuto social (*idem*: 127 e 156). Por seu turno, “a grande família torna-se uma entidade transcendente aos indivíduos, assegurando-lhes uma certa perenidade, enquanto grupo de identificação social” (*idem*: 120). Mais uma vez, e na medida em que permite a distinção relativamente a outros grupos, nomeadamente os “novos ricos”, esta família alargada e constituída ao longo do tempo contribui para a constituição da identidade social dos indivíduos.

Ao contrário, Janet Carsten (1996) apresenta-nos um contexto em que a constituição do parentesco e da identidade se foca, não no passado, mas no presente e futuro. Argumenta que a compreensão deste processo de esquecimento dos antepassados passa pela relação que existe entre o tipo de estrutura de parentesco da localidade que estudou, Pulau Langkawi, e os fenómenos históricos e políticos particulares daquela região – o contexto do Sudeste Asiático.

Para as pessoas na Malásia a identidade e o parentesco são adquiridos ao longo da vida, pelo processo de viver junto, partilhar comida, casar e ter filhos. São portanto processos fluidos (Carsten 1996: 317), que tendem à solidariedade entre irmãos, relações horizontais e não hierárquicas. A criação de identidade e parentesco partilhados relaciona-se, então, ao invés do contexto das elites empresariais de Lisboa, com um processo de esquecimento dos detalhes do passado. Por sua vez, esta característica prende-se com a história particular daquela região, que envolve uma grande mobilidade populacional e conceitos fluidos de identidade social.

Neste contexto, a constituição do parentesco foca-se mais na horizontalidade das relações do que na sua verticalidade ou profundidade genealógica. “Aqui o parentesco – ou um sentido de ligação ao lugar e às pessoas – não é derivado de laços do passado, mas tem de ser criado no futuro (*idem*: 326).” Assim, considera-se que qualquer pessoa pode vir a ser parente, se casar e tiver filhos. Esta horizontalidade dos laços de parentesco tem também a ver com uma capacidade de incorporação, uma vez que aqueles que são estranhos podem por este processo vir a tornar-se parentes no futuro.

Numa comunidade em que a maior parte das pessoas são migrantes, o local de origem de uma pessoa não representa relevância nas suas narrativas nem no conhecimento que os outros têm de si. Assim, a pertença a uma determinada família não é uma forma muito eficaz de diferenciação social, assim como a origem da pessoa não implica a sua segregação social e espacial. Então, a adaptação dos imigrantes a Langkawi faz-se através do próprio processo de constituição do parentesco, ou seja, oferecendo hospitalidade, alimentação, casando e tendo filhos. Deste modo, o esquecimento do passado é parte de um processo activo de criar uma nova identidade partilhada (*idem*: 324).

Ao mesmo tempo, Carsten mostra como, enquanto mecanismo de criação de parentesco e de identidade partilhada, esquecer determinados aspectos do passado pode ser melhor compreendido se colocado no contexto histórico relacionado com certos padrões demográficos e formas de constituição do Estado característicos do Sudoeste Asiático (*idem*: 318 e 326). Para tal, recorre ao trabalho de antropólogos e historiadores, nomeadamente Benedict Anderson (1990), acerca da conceptualização do poder e da história da constituição do Estado tradicional no Sudoeste Asiático. Desta configuração centralizada da estrutura administrativa, política e económica resultaram grandes movimentações populacionais para a periferia do Estado, de forma a se tornarem menos sujeitas ao seu controlo e a não pagar impostos, uma vez que o poder era exercido sobre as populações e não sobre o território (Anderson 1990: 43).

Assim, a ilha de Langkawi, na periferia do Estado, tornou-se numa zona de grande mobilidade, para onde se deslocaram pessoas de várias origens que procuravam terra para cultivar, pescar e, no fundo, sobreviver, sem pagar impostos. Tinham, portanto, uma história partilhada de pobreza, e as diferenças culturais e regionais não seriam muito relevantes. Por seu lado, a constituição de laços de parentesco enfatiza a relação entre irmãos (*siblingship*), a absorção, incorporação e mistura. Uma vez que “as pessoas se misturam facilmente”, o parentesco é criado através da homogeneização da diferença (Carsten 1996: 326).

Recorremos agora ao trabalho de Katy Gardner (2001) junto de uma comunidade rural no Bangladesh, cuja vida social está intrinsecamente ligada com a emigração e onde as questões da identidade e pertença familiar se relacionam de forma diferente com as categorias de tempo e espaço. A autora traça o percurso histórico do fenómeno que conduz milhares de bengalis à Inglaterra, mas também as suas implicações sociais, culturais e políticas, mostrando como a relação entre o parentesco, a identidade e o sentimento de pertença ao território se articulam com as particularidades da estrutura política e económica do distrito de Sylhet, caracterizado por uma grande mobilidade de pessoas (Gardner 2001:12 e 38). Vista numa perspectiva temporal mais longa, a emigração esteve sempre apoiada pela estrutura social local, a organização familiar e a relação com a terra.

Neste contexto rural, a hierarquia social e económica tem por critério a propriedade da terra (*idem*: 65) e esta relação com a terra está intimamente ligada com a forma como se constitui o parentesco. Aqui, a residência é patrilocal e a patrilinearidade é um agrupamento social e político, sendo que as aldeias estão divididas em vários *Bari*, conjuntos de casas que originalmente correspondiam a uma casa da mesma patrilinearidade e depois se foi dividindo. Assim, o conceito de *desh* respeita tanto ao local de origem de uma pessoa, como à sua patrilinearidade, onde está o grupo de parentes. O *desh* é, portanto, o *locus* de um grupo social e expressa assim as noções de identidade e pertença de grupo. A relação entre o parentesco e a terra não está então confinada ao acesso que as pessoas têm aos campos. Para além deste nível material, o solo do *desh* e o sangue partilhado com os parentes estão misturados metafóricamente e fisicamente. Por tudo isto, a ligação com a terra e com o *desh* é central para a auto-definição de uma pessoa (*idem*: 72-74). Nesta concepção, *desh* pode ser tanto a aldeia, como o país, sendo que *bidesh* corresponde, por seu turno, aos países estrangeiros, aos locais fora do *desh*.

Gardner argumenta que a emigração veio contribuir para uma complexificação das formas como as pessoas se relacionam com os seus parentes e com o seu *desh* (o território do grupo de descendência) e ainda para uma nova forma de diferenciação social, entre aqueles que emigraram e os que nunca o fizeram. Enquanto recurso económico central em Sylhet, a emigração e o acesso ao *bidesh* tornaram-se uma forma de categorizar as pessoas e marcar divisões entre grupos, uma metáfora para o poder e o progresso. A hierarquia social e económica, as grandes desigualdades entre os grupos domésticos passou a expressar-se, então, em termos de uma nova classificação: os *bideshi* e os que nunca migraram (Gardner 2001: 47).

Numa crítica que partilhamos às teorias modernistas da migração, por pressuporem que esta provoca um colapso das estruturas familiares nos locais de origem, Gardner argumenta, pelo contrário, que os procedimentos da migração estão intimamente ligados com a reprodução social e económica local. Mais, no seu trabalho etnográfico Gardner mostra que o parentesco influenciou em larga medida os padrões de migração, sendo que, por exemplo, só as famílias com algum capital

económico podiam emigrar<sup>9</sup>. Isto implica também que a emigração é sustentada pelos grupos de descendência (*gusthi*) e as cadeias de contactos e informação que estas redes estabelecem (*idem*: 40 e 80). Deste ponto de vista, faz-se também uma crítica às teorias modernistas do parentesco que sugerem que a família alargada é incompatível com a modernidade (caracterizada pelo trabalho, a industrialização, a mobilidade física e social). Ao contrário de uma instituição essencialista e imutável, Gardner mostra como os grupos domésticos em Talukpur são altamente dinâmicos e respondem à mudança. Aqueles em que há emigrantes (mais de 2/3) são exemplares dessa flexibilidade<sup>10</sup>. Apesar de envolver um afastamento físico do grupo doméstico e do *desh*, a emigração promove a relação com o grupo de parentes mais alargado e envolve a reprodução dos grupos sociais. Em vez de causar um colapso social, a emigração alimenta, é influenciada e influencia os grupos domésticos locais e as formas como as pessoas os percebem (*idem*: 98 e 100).

Resumindo, uma vez que possibilita um maior investimento na compra de terras, a emigração tornou-se um meio de ascensão nesta hierarquia local e, por sua vez, promoveu maior solidariedade e dependência da família alargada (patrilinhagem), constituindo-se assim como uma forma de enraizamento no próprio *desh*. Assim, a autora argumenta que as pessoas continuam a existir e a redefinir-se nos seus próprios termos: *desh* e *bidesh*, conceitos que são mutuamente dependentes (*idem*: 64).

Recorrendo a estas etnografias, pudemos verificar que, apesar de complexas, as relações entre a mobilidade, o território e o tempo podem estar de diferentes formas na base da constituição e negociação da identidade social e familiar. Subjacente aos vários autores está uma concepção de família e do parentesco que não se circunscreve apenas ao grupo doméstico, à família nuclear, co-residencial ou consubstancial. Por seu lado, as várias formas de constituição do parentesco estão intrincadas com as circunstâncias históricas, económicas e políticas específicas do respectivo contexto regional (cf. Carsten 1996: 331), o que deverá implicar uma

---

<sup>9</sup> Do mesmo modo, também em Portugal, no século XVIII e XIX, não eram os mais pobres da população rural quem emigrava para o Brasil (cf. Pina Cabral 1989, Rowland 1998b e 1998c, entre outros).

<sup>10</sup> Porque este é um contexto islâmico, onde as mulheres não trabalham nas terras, no caso do homem estar ausente (emigrado), este envia dinheiro para a família e é o seu irmão que cultiva as terras deste grupo doméstico (Gardner 2001: 118).

reformulação do aparelho teórico e um maior comprometimento empírico, seja no que concerne à diversidade de práticas familiares, seja no impacto da emigração. Por fim, realçamos a forma como a criação de identidade familiar se pode mostrar estratégica na relação entre as pessoas, seja numa perspectiva vertical e de diferenciação, seja horizontal e não hierárquica.

## capítulo 3



a relação com a terra:  
trabalho, género e  
identidade

### Capítulo 3

#### A relação com a terra: trabalho, género e identidade

##### Descrição do contexto: a agricultura de subsistência

O contexto etnográfico no qual se baseia este trabalho situa-se numa zona montanhosa do interior do distrito de Aveiro, no Centro Norte de Portugal. É um contexto rural, cujas povoações se encontram dispersas ao longo das encostas das serras da Arada, da Freita e do Arestal (Maciço da Gralheira). Nas últimas décadas, a região tem sofrido um acentuado processo de despovoamento, que se deve ao decréscimo e envelhecimento da população e ainda a uma forte tendência para a emigração e o êxodo rural.

No período de uma geração, a agricultura e a criação de animais deixaram de ser actividades rentáveis, tendo-se restringido ao domínio da economia familiar de subsistência. Assim, em termos de actividades económicas, a agricultura de subsistência, que é assegurada maioritariamente pelas mulheres, ocupa um lugar central, sendo que as indústrias mais relevantes trabalham nas áreas da metalurgia e dos lacticínios<sup>11</sup> e a maior parte das micro-empresas ocupam-se da construção civil e do pequeno comércio.

A reduzida oferta de trabalho no concelho leva a que mais de metade da população activa se desloque diariamente para trabalhar. Deste modo, a maior parte dos homens trabalha sazonalmente fora, ausentando-se durante a semana, ou durante longos períodos, emigrando para França, Suíça, Alemanha e também para Espanha. As mulheres, que constituem a maioria da população local, constituindo dois terços dos desempregados na região, com níveis de escolaridade e rendimentos bastante baixos. Esta situação mostra a pertinência de uma abordagem atenta à forma como as diferenças de género se relacionam com as concepções de trabalho e as diversas estratégias económicas por parte dos agregados familiares da região.

O trabalho de campo realizou-se numa freguesia de cerca de 1000 habitantes, situada no vale do Rio Vouga e perpassada por vários rios e cursos de água.

---

<sup>11</sup> Durante a redacção da tese foi noticiado que esta unidade industrial, de grande importância na região, vai ser transferida ainda este ano para outro concelho, deixando assim os cerca de 100 trabalhadores desempregados.

Aparentemente, a paisagem permanece sobretudo rural, mas um olhar atento permite-nos verificar que ela tem sido sujeita a várias dinâmicas políticas e económicas que nem sempre privilegiam o investimento na actividade agrícola. São notórias as terras que nos últimos anos foram deixando de ser cultivadas e, por isso, se encontram agora tomadas pelas silvas, assim como os vários caminhos agrícolas e infra-estruturas que lhes serviam de suporte. Outras parcelas de terra foram cuidadosamente plantadas com eucaliptos, pinheiros, castanheiros ou carvalhas. Mas, na percepção local, muitas há que simplesmente deixaram de ser “terras de pão” para ficarem “a monte”. Mesmo assim, pelas estradas encontramos frequentemente amontoados de madeira recentemente cortada e palha e estrume caídos nos caminhos, o que demonstra alguma actividade.

Mais perto das povoações identificam-se facilmente as explorações agrícolas de minifúndio, alternadamente cultivadas de milho ou erva para alimentar os animais. Noutras parcelas, entre os socalcos limitados pela vinha, existem sempre os produtos hortícolas, como o feijão, a batata, a couve e ainda as árvores de fruto, sendo as laranjeiras as mais predominantes.

Os animais não estão à vista, mas a sua produção é uma parte relevante desta agricultura de subsistência. Tendo o distrito de Aveiro sido historicamente uma região de grande produção de leite, assiste-se agora a um declínio acentuado desta actividade. Uma das melhores formas para se compreender a evolução da produção de leite e carne neste contexto é, justamente, ter em conta a forma como as políticas europeias e suas alterações influenciaram, através de programas nacionais, esta actividade a nível local. Numa região em que praticamente todas as famílias tinham, até há 10 anos, pelo menos uma vaca leiteira, verificamos facilmente que tanto a capacidade de negociação nacional da quota de produção de leite dentro da União Europeia, como as normas relativas à produção, transporte e abate dos animais por ela estabelecidas têm um impacto real na vida destas pessoas. É nesta perspectiva que se torna importante desconstruir a ideia de que os meios rurais são contextos isolados e alheios às mudanças globais e, ao mesmo tempo, compreender como a vivência local da ruralidade se articula com essas mudanças, sem que seja necessariamente destruída.

A história da cooperativa agrícola local – que foi a primeira cooperativa leiteira do país, fundada em 1924 – permite-nos identificar a forma como as várias dinâmicas nacionais e internacionais provocaram alterações que foram apropriadas ao nível local. Durante a sua fase inicial, a cooperativa constituiu um grande incentivo à produção de animais com vista à comercialização do leite e seus derivados. Ela constituiu uma oportunidade de trabalho assalariado para as pessoas da região, principalmente os homens, que estavam encarregues da colheita, medição e transporte do leite. Esta situação permitiu que, ao contrário do que acontecia com a maior parte da população rural portuguesa até à década de 70, as famílias cujo homem estava empregado na cooperativa pudessem oferecer aos seus filhos a continuação dos estudos nos colégios e liceus das cidades mais próximas. Por esta razão, toda uma geração de pessoas que têm até 50 anos não encontrou trabalho na sua região de origem compatível com as qualificações que adquiriu, vindo por essa razão a permanecer nos centros urbanos mais próximos, bem como em Lisboa e no Porto.

Estas pessoas ainda hoje mantêm relações familiares na região, visitando os seus parentes ao fim-de-semana e no período de férias, e muitas delas são responsáveis pela recente vaga de recuperação e restauração de casas. É o caso de profissionais liberais que trabalham em Albergaria, Aveiro, Coimbra e Viseu e cujos pais vivem ainda na aldeia, mas também de pessoas que regressaram reformadas de França, ou de famílias cujo homem faz sazonalmente contratos de trabalho no estrangeiro e que, tendo acesso a algum capital para investir, têm vindo a reconstruir as casas que herdaram (a grande parte localizadas próximo ao rio, em zonas abandonadas nos últimos anos), reconvertendo-as em pousadas ou espaços de turismo rural e de habitação.

Tal como no caso dos emigrantes que já retornaram, este investimento da geração mais nova na restauração de casas e daqueles que não habitam quotidianamente neste local corresponde, de certa forma, a uma reorganização da sua relação com a terra. Ainda que também se verifique algum investimento na compra de terrenos agrícolas, principalmente por parte dos antigos emigrantes, depois de terem saído para estudar ou para trabalhar, estas pessoas reposicionam-se neste

contexto rural, privilegiando agora as áreas do turismo rural e de habitação, que começam a gerar alguma actividade económica na região.

Neste contexto, podemos encontrar várias forças de desenvolvimento que se cruzam nos meios rurais: umas privilegiando o investimento no sector do turismo e do lazer, outras promovendo vias alternativas para a actividade agrícola, como a agricultura biológica ou a produção de mirtilos para mercados internacionais. Neste último caso, não podemos deixar de destacar a acção de uma instituição de desenvolvimento local que tem sido pioneira na promoção, não só da agricultura biológica, mas também dos valores de igualdade de género, realizando diagnósticos de necessidades e planos de formação adequados às características particulares da região (cf. Micaelo 2005). Ao longo dos vários períodos de trabalho de campo, estabeleci contacto com as pessoas que constituem também a “população alvo” dos projectos desta instituição. Para além do incentivo à formação e ao empreendedorismo, as mulheres agricultoras de meia-idade valorizam muito o apoio social, e também psicológico, que esta instituição lhes tem vindo a prestar, demonstrando compreender as limitações e dificuldades que advêm de uma história de descapitalização da actividade agrícola que acabou por ser determinante para a identidade daquelas que fazem dela o seu modo de vida.

Apesar de descapitalizada, a agricultura familiar e de subsistência tem uma enorme relevância para a manutenção de um limiar mínimo de sobrevivência em populações que não têm acesso ao dinheiro, proporcionando uma certa estabilidade para as unidades familiares da região. Tal como foi descrito para outros contextos sociais rurais (cf. Ellen e Klaas Woortman 1997), ela fornece uma proporção substancial da comida da “casa” e, ainda que tenha perdido a sua posição como fonte primária de rendimentos das famílias, a ligação com a terra e a importância do trabalho agrícola contribuem para a valorização pessoal e para a construção da identidade social das mulheres que habitam neste contexto rural.

#### A estrutura familiar e a centralidade da emigração

Uma das características mais significativas das relações familiares locais é o facto de ser muito frequente os homens estarem ausentes durante a semana ou por

vários períodos anuais para trabalhar noutras regiões do país ou no estrangeiro. Por esta razão, uma grande parte das famílias locais pode ser considerada como *temporariamente monoparental*, uma vez que elas são quotidianamente constituídas pela mãe e os filhos (cf. Micaelo 2005).

Contudo, apesar do homem estar distante geograficamente, mesmo no caso de uma ausência sazonal ou de longa duração, ele é considerado membro do agregado familiar (cf. Durães 1985, Brettell 1991, Gardner 2001, entre outros). A contradição que esta situação revela lembra-nos da possibilidade de um determinado modelo de grupo doméstico ser valorizado e perpetuado ao nível das representações, apesar de não corresponder necessariamente às práticas familiares locais (cf. Collier *et al.* 1997 e Netting *et al.* 1984). Deste ponto de vista, a “monoparentalidade” temporária é tão estruturante destes projectos familiares quanto a valorização da inclusão do homem na concepção da unidade doméstica.

Ao analisarmos as histórias de várias famílias da região, verificamos que a situação em que os homens têm um trabalho assalariado que implica muitas vezes que residam no estrangeiro, ficando as mulheres encarregues tanto das actividades agrícolas da casa como do cuidado aos filhos, já acontecia nas gerações passadas. Tendo em conta os vários trabalhos antropológicos citados anteriormente, podemos então considerar que estamos perante um modelo de organização familiar característico da região rural do norte e centro de Portugal e que, inclusivamente, tem vindo a ser mantido, ao longo das recentes configurações políticas, económicas e sociais nacionais e internacionais.

Vejamos o exemplo da Ana, que tem 35 anos, é casada e mãe de 3 filhas. Neste momento, o seu marido trabalha sazonalmente em Espanha, em actividades relativas à construção civil, mas consegue vir a casa de 3 em 3 semanas passar o fim-de-semana com a família, juntamente com outro homem de uma aldeia vizinha com quem trabalha.

Quando conheci a Ana, há 3 anos atrás, o seu marido não estava emigrado. Trabalhava na mesma área profissional, a construção civil, e só vinha a casa normalmente nos fins-de-semana, já que o seu trabalho o obrigava a inúmeras deslocações pelo país. A oportunidade de emigrar surgiu através de contactos com outros homens da região que o fazem e a decisão final assentou essencialmente na

remuneração, por ser muito superior àquela que se pratica em Portugal. Esta situação foi particularmente difícil para a Ana durante a gravidez da última filha, que o marido não acompanhou. Para o marido de Ana a situação, contudo, também não foi fácil. Por isso diz que por causa das filhas e, principalmente, da mais nova, que tem apenas meses de idade, “não se vai aguentar lá muito tempo”. No entanto, confessa que teve de experimentar. Gostava de manter-se no mesmo padrão, espanhol, mas trabalhar em Portugal. Como não sabe se tal vai ser possível, talvez venha a trabalhar para o último padrão português para o qual trabalhara antes de emigrar.

A Ana também já esteve empregada numa loja, mas saiu quando nasceu a sua primeira filha e até esta ter cerca de 5 anos, tendo ficado em casa a cargo da mãe. Depois disso ainda trabalhou numa empresa em Sever do Vouga, mas devido a problemas de saúde acabou por ter de sair. Hoje em dia a Ana tem um pequeno comércio perto de sua casa e continua a trabalhar na agricultura, como sempre fez. Como vive na aldeia onde nasceu, durante os primeiros anos de casada viveu com o marido e as filhas numa casa mesmo ao lado da casa dos seus pais. É frequente as suas filhas dormirem em casa dos avós maternos. Ainda hoje, conta com a ajuda da sua mãe e uma tia solteira, tanto no trabalho das terras como com os animais (cabras e vacas). Quando regressa de férias e nos fins-de-semana, o seu marido também trabalha nas terras, executando normalmente as tarefas que a Ana não consegue fazer, como lavrar com o tractor, por exemplo.

O pai da Ana também esteve emigrado na Alemanha durante 2 ou 3 anos quando ela nasceu. Já nesse tempo foi a mãe dela que cuidou dos 3 filhos e assegurou o trabalho das terras e dos animais, que sempre foram o seu sustento. Hoje em dia, a mãe da Ana tem cerca de 60 anos e já chegou a fazer alguns contratos de trabalho temporário no estrangeiro (apanha de fruta), juntamente com outras mulheres da região. Apesar do seu filho não ter gostado da ideia, ela não se arrepende de ter ido. Diz que foi uma “oportunidade de ver o mundo” e que não foi “por necessidade”, ainda que o dinheiro que ganhou tivesse sido muito compensador (uma vez que é mais do que ganha durante um ano inteiro com a agricultura e os animais). Recentemente não voltou a fazê-lo por causa da neta recém-nascida de quem ajuda a cuidar, e do seu pai, que tem quase 90 anos e precisa de mais assistência.

Em todas as gerações da sua família, a Ana refere pelo menos uma pessoa emigrada. O seu avô paterno também esteve emigrado na década de 1960, no Brasil, assim como mais dois filhos seus (tios da Ana), que não chegaram a regressar definitivamente, mas com quem mantiveram sempre contacto. Do lado da família do seu marido, também há casos assim e, neste momento, um irmão do marido da Ana está emigrado na Suíça, tendo sido acompanhado pela mulher e filhas passado poucos anos. Ao falar nesta situação, a Ana diz que não se importava de levar as filhas e juntar-se ao marido, para viverem em Espanha, todos juntos, sublinha, mas esta solução não agrada ao marido, que tenciona trabalhar no estrangeiro apenas por mais 1 ou 2 anos.

Existem muitos casos na região semelhantes ao da Ana. Ainda que não haja muita gente jovem a residir permanentemente nesta localidade, entrevistámos outras mulheres entre os 30 e os 40 anos de idade que tinham passado pela mesma situação no passado. Todas têm em comum um projecto familiar segundo o qual a mulher assegura o trabalho agrícola e cuida dos filhos nos primeiros anos de vida, enquanto o marido tem um trabalho assalariado que não lhe permite estar presente durante a semana ou está mesmo temporariamente emigrado (normalmente em França, Suíça ou Alemanha).

Várias mudanças que ocorreram na economia a nível regional e da União Europeia levaram a que a agricultura já não seja uma actividade rentável, surgindo transformações económicas e políticas que vieram a permitir a possibilidade de trabalhar temporária e sazonalmente noutros países de forma legal. Entretanto, as pessoas que vivem neste contexto vão encontrando estratégias familiares que lhes permitem articular estas várias oportunidades económicas. Nos casos em que o homem não está emigrado, nesta geração com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos e também na geração com idades de cerca de 50 anos, é frequente que se trabalhe na construção civil ou se vá articulando esta actividade esporadicamente com outras, ligadas com a floresta, por exemplo.

O António tem cerca de 55 anos e trabalhava na construção civil. Desde há uns anos, faz sazonalmente (3 vezes por ano) contratos de trabalho na Alemanha na plantação de árvores. Nos períodos em que está em casa, ele ajuda a mulher na agricultura, tarefa que é normalmente da sua exclusiva responsabilidade.

No caso do Carlos a emigração sazonal já não é uma situação recente. Começou há muitos anos, quando era rapaz e ainda não estava casado. Desde então, o Carlos já trabalhou em França, Argélia e Arábia Saudita. Diz que sempre esteve completamente fora de questão emigrar a família toda junta, porque nesse caso teriam de investir no local de destino, enquanto que assim, indo só ele às temporadas ainda consegue juntar algum dinheiro. Durante quase 30 anos, a sua mulher viveu sozinha na casa que construíram, criou as duas filhas e trabalhou sempre na agricultura, chegando mesmo a ter vacas de leite. Nos períodos em que o Carlos está presente eles articulam estas actividades de forma complementar, sendo que recentemente começaram também a restaurar uma casa que esperam vir a arrendar a turistas.

A Catarina tem 32 anos, é casada e tem 2 filhos. É casada com o João, que tem cerca de 40 anos e são ambos da mesma aldeia. Os pais do João trabalham até hoje nas terras, tal como a mãe da Catarina. Já o seu pai teve um ofício de serralharia e apesar de ter apenas 60 anos já está reformado há 5 devido a problemas de saúde. A Catarina trabalhou sempre nas terras da família e, até se casar, fazia trabalhos à jorna (inclusivamente para os pais do João). É uma das poucas pessoas da sua idade naquela aldeia, sendo que a maior parte dos colegas de escola vivem noutras localidades ou emigraram. Quando lhe perguntei se nunca tinha pensado emigrar, ela respondeu:

“Não, nunca pensei. O meu marido não emigrava. Eu já pensei emigrar, mas... também não puxa para deixar os meus pais, depois também nasceram os meus filhos e emigrar sem os filhos não!”

Depois contou como articula com a mãe o trabalho na agricultura e o trabalho assalariado do marido.

“A minha mãe ajuda-me. Era impossível eu ter 3 vacas e tantas cabras [27] sozinha e estar o tempo todo fora [enquanto frequentou um curso de equivalência ao 9º ano]. Mas tenho o apoio da minha mãe que me ajuda muito. Depois quando eu chego é assim, pego no tractor, pego na moto-ceifeira, pego na moto-serra, faço tudo. Faço de tudo. Sou tipo homem da casa (muitos risos). O meu marido é assim, sai às 6h30 todos os dias, trabalha numa construtora de obras públicas em Sever do Vouga, mas chega a casa sempre 7, 7 e meia, nunca antes. E depois ele quando vem apoia-me muito, é uma pessoa espectacular, prontos, agarra-se a tudo, mas o tempo

que ele está é pouco tempo, não permite, só ele não dá. Então eu tive que aprender a fazer de tudo e... agarro-me a fazer (riso).

Ele vem todos os dias a casa e ao fim-de-semana está. Ele antes de ser empregado trabalhava na agricultura também. (...) Depois que casámos ele empregou-se, porque começámos a ter outros encargos e o campo... houve tempos que já deu, hoje já não dá nada. Não dá. Dá, prontos, temos as nossas coisas, temos as nossas hortas, as nossas batatas, as nossas carnes, criamos as nossas carnes, mas dinheiro não dá! E depois nós não podemos só viver para o comer, não é? E há muita coisa que nós temos que comprar fora, temos que arranjar. E ele tem de trabalhar.

(...) Estive[mos] a viver até ao ano passado junto com os meus pais. Depois o meu marido herdou esta casa, que era do meu sogro e nós restauramo-la. Que ela não era nada assim. Restauramo-la e o ano passado viemos viver para aqui em Junho (...). Os meus sogros ainda não faleceram. Ainda estão activos, ainda trabalham. Ainda estão bem, mas decidiram dar [fazer as partilhas]. Eles tinham muita terra e sozinhos já não conseguiam lidar com tudo. Os filhos, cada um tomou o seu rumo de vida. (...) Já deram as partilhas há mais tempo, mas só agora é que, pronto, nós tivemos mais oportunidade de a arranjar. E arranjammo-la e viemos para aqui. (...) No início [há 14 anos, quando se casaram] tivemos uma altura em que estivemos aqui a viver nesta casa, ela não estava arranjada, era só a parte de cima. Mas depois a minha mãe adoeceu e eu tinha que andar a fazer aqui e em casa da minha mãe. Então, começámos a ficar até dormir lá em casa e tudo. E depois fomos ficando até arranjarmos [esta casa].

(...) Normalmente até comemos [ela e os pais] quase sempre junto, à noite não. Só por festa. Ontem comi, o meu pai fazia anos comi. Mesmo ao fim-de-semana comemos muitas vezes juntos, ou aqui [na sua casa], ou lá em cima na minha mãe.

- E com os seus sogros?

Eu não tenho tanta afinidade com os meus sogros (risos). É diferente, pronto. Os meus sogros trabalham nas terras das minhas cunhadas, uma filha e uma nora e tenho um outro cunhado que faz as terras dele. (...) Porque eu com os meus pais trabalho em conjunto, diariamente, sempre. E depois, [se] necessito de alguma coisa qualquer vou pedir à minha mãe, vou a algum lado peço a ela. Com os meus sogros é diferente... eu ajudo a eles, mas eles é raro ajudar a mim. É muito raro.”

Neste relato, verifica-se ainda uma forte componente intergeracional das relações familiares, principalmente entre as mulheres em idade activa e os seus pais que, no fundo, constituem a população presente quotidianamente neste local, já que os homens se deslocam para trabalhar e as crianças para frequentar a escola. Esta relação privilegiada de entreaajuda verifica-se não apenas no que concerne aos trabalhos agrícolas – sendo que é muito frequente que a situação relatada pela Catarina – mas também no cuidado com as crianças, idosos e outras pessoas dependentes e ainda nas questões relativas à casa. É também um caso que ilustra bem uma certa matrilateralidade que tem sido observada como tendência geral na organização familiar noutros contextos em Portugal (cf. Pina Cabral 1991).

A Teresa tem 34 anos, é casada e o seu marido trabalha sazonalmente no estrangeiro na construção civil. Ele já fazia contratos temporários na Alemanha quando era solteiro e continuou depois de casado. Também já esteve efectivo numa empresa da região e, nessa altura, vinha todos os dias a casa. Têm dois filhos, uma menina de 7 anos e um menino de 2. Ela é a filha mais nova de 5 irmãos e, quando os irmãos mais velhos se casaram, fizeram as partilhas. Decidiram que a Teresa ficava com a casa onde moram os pais e, por isso, ela ficou lá mesmo depois de casada. Continua, portanto, a ajudar os pais nas actividades agrícolas, tal como já fazia antes de casar. Nessa altura, o pai era pedreiro e era a Teresa juntamente com a sua outra irmã (a mais nova depois dela) e a mãe quem tratava de tudo (sulfatar a vinha, vindimar, cultivar milho, lavrar a terra, etc.). Como tem dificuldade de se movimentar, hoje em dia a sua mãe costuma estar por casa e toma conta do filho da Teresa que ainda não tem idade para ir à escola.

A Teresa conta assim a sua história:

“A casa é dos meus pais, somos 5 irmãos. A [minha] mãe dizia sempre que não queria ficar sozinha em casa e ela dizia “ficas com a casa, ficas com nós”, só que eu não decidia porque a vida podia dar uma volta que nem sempre tá ao nosso controlo. Depois casei, ele concordou e foi quando ele emigrou, restaurei tudo. Mesmo com um ordenado de 1000€ é muito difícil, com 2 filhos... (leite, fraldas). Para ser alguma coisa na vida faz-se o sacrifício, para trás e para a frente, mesmo os filhos, que não ganham aquele amor ao pai como quando ele está sempre, mas... a vida é assim. Aqui é complicado...”

(...) Aqui até tem algumas [famílias em que o marido está emigrado]... Há uns anos atrás ia o casal, mas depois... esta [a filha mais velha] também já anda na escola, tinha de optar, ou estar lá ou aqui, e ele como também tem aquele tempito para vir aqui... vai-se aguentando, vai-se tocando o barco...

(...) Não, nunca metemos essa hipótese [de o marido ficar lá permanentemente], como o patrão é daqui e eles têm o carro do patrão, dá-lhe a oportunidade de vir cá, vai-se passando... telefona todos os dias... Agora deve ir para o fim do mês [de Agosto], mas depois volta em meados de Outubro.”

O caso da Susana mostra-nos outra perspectiva. A Susana é casada, tem pouco mais de 50 anos e 4 filhos. Neste momento, as suas 3 filhas estão todas emigradas na Suíça. Uma delas, a Sónia (27 anos), está emigrada juntamente com o marido e têm uma filha de 7 anos. A menina anda na escola primária na terra da avó materna e, por isso, só vai ter com os pais à Suíça nas férias. Vive com os avós maternos há 5 anos. Na altura, a D. Susana tinha um trabalho assalariado e a filha pediu-lhe para se despedir e ficar a cuidar da neta. A Susana conta como foi:

“Trabalhava há 3 anos em Albergaria, num matadouro. Ao cabo de 3 anos ela [a filha Sónia] telefonou-me e disse-me: “Você não é mulher para se desempregar e ficar com a sua neta?” e eu disse “tá bem, eu desemprego-me e fico com ela.” E fiquei com ela para eles irem para lá todos. Foi assim que ela os lá puxou. Agora não estão juntos, (...) estão todos longe uns dos outros. Todos na Suíça.”

Há uns anos, durante uma fase em que a Susana teve problemas com o marido, devido ao alcoolismo, as suas filhas pressionam-na muito para ir para a Suíça ter com elas. Ela diz que recusou porque tem de cuidar da mãe que vive sozinha e, como tem quase 90 anos, se encontra muito debilitada. Entretanto, depois de resolvida a situação com o marido (que voltou a trabalhar na produção de madeira), a Susana continua a viver na terra onde nasceu, a trabalhar na agricultura e a cuidar da neta. Diz que só vai para outro país ter com as filhas ou fazer campanhas de trabalho sazonal quando não tiver de cuidar da mãe.

#### A ligação com a terra

Apesar das mulheres terem sempre trabalhado nas terras, só muito recentemente, quando a agricultura deixou de ser uma actividade que permite o acesso ao dinheiro, os homens deixaram de ter o controlo da actividade agrícola, passando a ser o grupo social das mulheres agricultoras a garantir a sua realização quotidiana. O mesmo se verifica relativamente à criação de animais e à transmissão de saberes e mesmo da propriedade. É este processo de divisão sexual do trabalho, como mecanismo construtor dos diferentes papéis, práticas e representações acerca dos homens e mulheres (cf. Ellen e Klaas Woortmann 1997, Vale de Almeida 2004), que conduziu à associação do trabalho assalariado/emigração com os homens e do trabalho agrícola com as mulheres.

Ainda que a feminização da agricultura seja característica de toda a região do Noroeste de Portugal (cf. Wall 1986, Pina Cabral 1989 e Brettell 1991), ela contraria, de certa forma, as concepções hegemónicas sobre os papéis de género e mesmo sobre os meios rurais enquanto espaço simbólico no imaginário colectivo nacional. No entanto, o trabalho agrícola e a ligação com a terra estão profundamente inscritos nas

práticas sociais locais e contribuem para a identidade social das mulheres como agricultoras.

Em todas as estadias de trabalho de campo, não conheci nenhuma família em que o marido trabalhasse na agricultura e a mulher tivesse um trabalho assalariado. Mesmo os homens reformados que hoje em dia se dedicam à agricultura, depois de terem tido um trabalho assalariado, por exemplo, na cooperativa local ou enquanto estiveram emigrados, não se identificam tanto com as terras como as mulheres.

Uma vez que a agricultura passou a ser a principal actividade feminina, ocorreu uma inversão das categorias de género associadas ao “trabalho” e à “ajuda” no que respeita às actividades agrícolas (cf. Ellen e Klaas Woortmann 1997), levando a que hoje em dia sejam os homens quem “ajuda” no trabalho das terras e não o contrário. Há no entanto que considerar que o acesso ao dinheiro através do trabalho assalariado, que passou a estar associado com a identidade masculina, acaba por estabelecer uma relação desigual de poder entre homens e mulheres, na medida em que a contribuição económica e simbólica da manutenção da relação com a terra que as mulheres asseguram não é igualmente reconhecida.

Verificou-se também neste contexto uma certa desvinculação e desvalorização do trabalho doméstico por parte das mulheres agricultoras mais idosas. A sua identificação com as actividades agrícolas e o tipo de uso da casa que elas implicam não se coadunam com uma concepção da casa enquanto espaço privilegiado da vivência das mulheres. Tal como elas são agricultoras e o seu corpo é um corpo de trabalho (cf. Micaelo 2005: 49), também a sua casa é uma “casa de lavrador”. Mais do que a casa, são as terras os principais marcadores espaciais do género. Da mesma forma como podemos associar “o monte” (ou seja, a floresta, o pinhal) aos homens, porque são eles que trabalham na madeira, é o espaço das terras que mais facilmente podemos identificar com as mulheres, pois é justamente nas terras cultivadas que está literalmente o fruto do seu trabalho. Aliás, é através dele que se constrói esta paisagem rural, de campos de milho, de pequenas medas e grandes medeiros, de canastros cheios e molhos de erva frescos.

Tal como a reconstrução das casas, que põem a descoberto a pedra de que foram feitas, as obras de limpeza dos terrenos são muito bem vistas pelas pessoas e não passam despercebidos a ninguém. Todos estes sinais marcam o espaço com o

trabalho das mulheres e dos homens e constituem, ao mesmo tempo, uma afirmação sobre os modelos de género, os regimes de trabalho e, no fundo, o estado das coisas.

Estes aspectos revelam-se-nos como uma configuração empírica específica deste contexto, mas permitem-nos também questionar os pressupostos teóricos relativos ao “espaço feminino” sempre associado à casa e ao doméstico (cf. Collier *et al* 1997). Não obstante o que tem sido identificado com o contexto do Mediterrâneo, em Sever do Vouga as mulheres sempre trabalharam fora dos limites do lar. Para além de vários trabalhos etnográficos no contexto do Norte de Portugal (cf. Brettel 1991 e Pina Cabral 1989, entre outros), também os historiadores têm vindo a desconstruir alguns dos mitos acerca do trabalho das mulheres na família, nomeadamente sobre a relevância do trabalho feminino fora do espaço doméstico, documentada já antes da industrialização (cf. Gentil da Silva 1985).

Para além de podermos relacionar estas questões com o debate comparativo e regional, que continua a ser para a nossa disciplina um ponto de partida analítico indispensável (cf. Viegas 2007)<sup>12</sup>, elas permitem-nos contrariar as concepções de mudança social unidireccional que decorrem de uma visão modernista da sociedade que apenas considera como “novas” práticas familiares aquelas que estão mais próximas dos valores da modernidade.

Identificámos ainda a existência de práticas de troca de trabalho entre mulheres, normalmente parentes, assim como uma colaboração muito estreita com os pais no que respeita às actividades agrícolas. Uma vez que a maioria dos homens em idade activa não se encontra diariamente no local, são estas mulheres e algumas pessoas mais idosas, que asseguram os trabalhos agrícolas e a criação de animais (cabras, vacas, porcos, coelhos e galinhas). Por isso, é frequente haver uma colaboração entre irmãs, primas e cunhadas na realização de certas tarefas mais exigentes. No entanto, essa entreatajuda nunca se aplica à criação das vacas. Só muito raramente e apenas em ocasiões temporárias e de excepção, como no caso de uma doença súbita da mulher, é que alguém destas redes assume a responsabilidade com a criação da vaca. Este assunto merece, portanto, uma atenção especial.

---

<sup>12</sup> Segundo Pina Cabral, as noções de Mediterrâneo ou do Sul da Europa não são úteis para fazer sentido das homogeneidades e diferenças socioculturais que caracterizam esta região e, argumenta, dizem mais sobre a necessidade da antropologia anglo-saxónica criar uma (quase ecológica) área cultural de estudo, com as implicações teóricas, mas também políticas e ideológicas, que daí advêm, do que com as semelhanças e dissemelhanças dentro destas regiões (cf. Pina Cabral 1991: 69-70).

A criação de vacas remete-nos para um complexo agrícola muito característico do Noroeste rural de Portugal que engloba também a produção de cereais, principalmente o milho. Podemos mesmo dizer que há um ciclo agrícola no qual as vacas ocupariam um lugar central e que envolve aspectos materiais e da paisagem tanto quanto actividades laborais. Assim, por exemplo, este ciclo incluiria os terrenos de erva e outras culturas forrageiras que servem para a alimentação das vacas, o trabalho das mulheres que todos os dias têm de transportar os molhos de erva para o local onde as vacas estão, mungi-las e limpar-lhes o curral, assim como a utilização do estrume produzido pelas vacas o qual finalmente é usado como adubo para aumentar a produtividade das terras que serão semeadas com milho.

A existência de uma indústria de produtos lacticínios na região de Sever do Vouga teve um papel muito importante na alteração das espécies bovinas regionais pela vaca leiteira, que permitiu aumentar bastante a capacidade de produção. Há algumas décadas atrás, a riqueza de um lavrador media-se não apenas pela quantidade de terras que tinha, mas também pelo número de vacas que dispunha. Em geral, todas as casas tinham pelo menos uma vaca, sendo habitual chegarem a ter 3 a 5 animais. Tendo a actividade agrícola entrado em declínio nas últimas décadas, também a produção de leite passou a ser muito mais exigente em termos de qualidade do que em quantidade. Assim, a existência de vacas na região foi, ao longo das últimas duas décadas, decaindo drasticamente. A esta situação, acresce o facto de as vacas, apesar de produtivas, serem animais que exigem muito trabalho, principalmente com a sua alimentação (cerca de 6 molhos de erva por dia) e ordenha (que se realiza duas vezes por dia).

Mais ainda do que a agricultura, neste contexto a manutenção das vacas parece ser mesmo uma tarefa da exclusiva responsabilidade das mulheres. Como é uma actividade muito trabalhosa e tem vindo muito rapidamente a deixar de ser lucrativa<sup>13</sup>, nos últimos anos as mulheres foram deixando de ter vacas ou, caso ainda as tenham, os produtos derivados das vacas passaram a ser usados só para o consumo doméstico.

---

<sup>13</sup> Uma vez que, ao contrário do preço praticado ao consumidor, o preço do leite pago ao produtor não tem acompanhado os custos de produção. Para se ter uma ideia, por um litro de leite que no mercado custa cerca de 90 cêntimos, o produtor recebe menos de 20 cêntimos. Por outro lado, também a produção de carne passou a estar sujeita a um conjunto de regras que reduzem muito o lucro do produtor.

A Celeste, uma agricultora de 53 anos cujo marido está ausente durante a semana em trabalho, deixou de ter vaca há 6 anos, quando partiu uma perna. Ela diz que deixou de ter vaca porque ela exigia muito trabalho e a sua mãe e tia já não podiam ajudar: “não dava para pedir às pessoas para irem sempre lá”. O mesmo parece ter acontecido em todos os casos que conhecemos, já que as mulheres deixaram de ter vacas depois de um acidente ou uma doença súbita que as impossibilitou de fazer este trabalho apenas temporariamente.

Dado que são as mulheres que assumem quotidianamente a actividade agrícola da casa, a vaca parece ganhar neste contexto, em suma, um lugar de condensação de significados da identificação da mulher simultaneamente com a terra e a casa. A vaca é um elemento central do ciclo da agricultura e de subsistência e por isso simboliza-o.

## capítulo 4



a emigração: relações  
familiares e mobilidade

## Capítulo 4

### A emigração: relações familiares e mobilidade

#### O contexto histórico dos vários tipos de emigração

Este capítulo trata dos vários tipos de emigração que se praticam na região de Sever do Vouga, evidenciando as práticas novas, mas também aquelas que têm uma maior profundidade histórica neste contexto. Ao longo de gerações, as práticas migratórias revelam a existência de projectos familiares que incluem permanente ou temporariamente elementos masculinos deslocados e evidenciam, ao mesmo tempo, o papel das mulheres na manutenção de uma relação com a terra.

Através da recolha de histórias de família, esta realidade tornou-se particularmente evidente, uma vez que não encontramos um único relato em que não tivesse havido referência a pelo menos um membro emigrado, fosse o avô, o pai ou os pais, um tio, um irmão ou mesmo um filho. Ao enfatizarmos a memória histórica da emigração, foi-nos então possível por à prova a ideia que as pessoas partilham ser ela uma alternativa recente na vida das famílias locais e que terá inevitavelmente como consequência o fim da residência permanente naquela região.

A este respeito, parece-nos particularmente pertinente que reflectir sobre o cruzamento entre a condição de mobilidade que a emigração implica e as metáforas temporais que estão associadas ao discurso dominante sobre ela. Esta associação é evidente, por exemplo, na enunciação “Elas ficam (passado) e eles vão (futuro)”. Justamente por se tratar de um contexto rural e a agricultura ser hegemonicamente associada a uma actividade do passado (no sentido em que não tem sido considerada um investimento de futuro), entende-se que, ao “ficarem”, as mulheres estão menos sujeitas à acção do tempo, ao passo que os homens, por emigrarem, estariam mais facilmente em contacto com a modernidade, o futuro, no sentido em que a emigração é vista como um recurso novo, mesmo que, historicamente, o não seja.

Na medida em que têm sido tradicionalmente os homens a emigrar no contexto português, enquanto as mulheres asseguram quotidianamente a manutenção das famílias, das terras e, no fundo, das comunidades nos locais de origem, esta perspectiva modernizadora da migração, tem implicações epistemológicas e de género sobre as quais nos interessa reflectir.

Passemos então a uma breve descrição histórica das diferentes vagas de emigração e trabalho, que correspondem genericamente às diferenças geracionais das experiências migratórias, assim como a novas e velhas configurações europeias e mundiais.

Desde o início do século XX até sensivelmente à década de 1950, houve uma vaga de emigração portuguesa, principalmente do Norte do país para o Brasil, mas dirigindo-se também para outros países da América do Sul, da América do Norte e ainda para África (cf. Rowland 1998a, 1998b e 1998c). Ela afectou muitas famílias da região e ainda hoje esta experiência está presente na memória familiar, principalmente das mulheres com mais idade, mas também dos netos e netas desses emigrantes. Esta emigração era essencialmente masculina e, na maior parte das vezes, eram os rapazes ainda solteiros, ou recentemente casados, que a praticavam em massa. Iam por períodos de alguns anos para a zona do Rio de Janeiro, por exemplo, onde encontravam trabalho como estivadores (descarregar o carvão e outras mercadorias dos navios), em padarias, etc. Pretendia-se que esta situação fosse temporária, mas, não poucas vezes, a sua permanência prolongava-se mais do que o previsto e algumas famílias ficaram muitos anos sem reencontrar essa pessoa ou sequer ter notícias dela. Como eram principalmente os jovens rapazes que emigravam nestas condições, era frequente a existência de casamentos por procuração, em que o noivo estava emigrado por alguns anos e a noiva se mantinha a residir no local de origem até ao seu regresso.

A partir dos anos 60 e 70 houve um aumento em massa da emigração do Sul da Europa para os países da Europa central, França, Suíça, Luxemburgo e Alemanha. Só na década de 1960 emigraram 650 mil portugueses (dos quais quase 60% eram homens). Caracterizada por ser uma emigração mais permanente, nos primeiros anos desse fluxo, era comum os homens emigrarem primeiro em busca de trabalho e, só passados alguns anos, depois de estarem estabelecidos e encontrarem trabalho também para as suas esposas, é que estas os iam acompanhar. A partir de então, à medida que os “trabalhadores convidados” começavam a voltar aos seus países de origem, começou a crescer a emigração dos países africanos em resultado das descolonizações e independências, complexificando os padrões migratórios na Europa (King 2001: 3).

Tanto num caso como no outro, ao longo dos anos foram-se formando redes de contactos entre os emigrantes no contexto de acolhimento e também no contexto de origem que possibilitaram a grande vaga migratória portuguesa para estes países. Apesar da tendência nacional de decréscimo da emigração a partir dos anos 80, altura em que começaram a regressar muitos emigrantes, foi deste tipo de emigração que se vieram a constituir as bases para aquela que é hoje, a par do reagrupamento familiar (cf. Marques 2008), a modalidade de emigração e, ao mesmo tempo, de trabalho temporário mais acessível na região aqui em foco: a emigração temporária.

Esta forma de trabalho sazonal dirige-se mais para a Suíça, França, Alemanha e Espanha, onde os trabalhadores portugueses ingressam maioritariamente na construção civil, mas também em actividades relacionadas com a agricultura, a floresta e a hotelaria. Estas oportunidades de trabalho que surgiram recentemente caracterizam-se por serem trabalhos sazonais, como a apanha de fruta, a vindima, ou a plantação de árvores, num curto espaço de tempo (entre 1 e 3 meses) e muito intensos. Realizam-se em contextos isolados, onde o grupo de trabalhadores deslocados não contacta com mais ninguém para além dos seus colegas e patrões. Estes homens conseguem normalmente contratos de trabalho legais, mas sujeitos a alguma instabilidade, uma vez que as pessoas que trabalham nestas condições não dominam todos os aspectos necessários à contratação e muitas vezes desconhecem o idioma, confiando na experiência da pessoa que intermediou a sua deslocação. Ainda assim, entre todos os casos que conhecemos não nos foi relatado nenhum em que os trabalhadores tivessem sido abusados laboralmente.

No contexto em análise, tanto os homens como as mulheres fazem estas “campanhas”, como lhes chamam, mas existem diferenças. A maior parte dos homens que faz estes contratos de trabalho temporário tem um trabalho pouco compensador monetariamente ou muito sazonal na agricultura, na construção civil ou no trabalho no pinhal. Muitas vezes, quando estão empregados, acabam por conjugar esta deslocação laboral com o período de férias. O mesmo sucede com as mulheres que trabalham em fábricas e algumas chegam mesmo a pedir licença sem vencimento para o poderem fazer. No entanto, a maior parte das mulheres que fazem campanhas no estrangeiro não tem um trabalho remunerado, ocupando-se antes com a agricultura familiar.

Um dos aspectos mais característicos da agricultura é o facto desta actividade, que é praticada maioritariamente pelas mulheres, tal como a criação de animais, exigir uma presença quotidiana e em algumas alturas do ano um trabalho muito intenso (por exemplo, nos períodos em que se lavram e semeiam as terras, nas colheitas do milho e na vindima). Assim, é importante salientar que as mulheres que se deslocam para fazer estas campanhas de trabalho temporário o fazem articulando com os períodos de menor trabalho nas terras e contam com o apoio de parentes ou vizinhos, muitas vezes os pais ou as irmãs, para garantirem a manutenção mínima necessária durante aquele período em que estão fora.

Por outro lado, a maior parte das mulheres que fazem temporadas tem já mais de 50 anos e os seus filhos “já estão criados”. São poucos os casos em que os filhos ainda estão a estudar, mas, segundo as próprias, elas fazem-no precisamente para poder pagar estas despesas (da universidade e da estadia).

Para as mulheres, o benefício da ida ao estrangeiro não é só o acesso ao dinheiro, que é sem dúvida muito compensador (podendo chegar aos 2000€ por cerca de 1 mês e meio de trabalho). Tal como a mãe da Ana (o caso que analisámos no capítulo 3), que diz que, mais do que “por necessidade”, foi uma “oportunidade de ver o mundo”, muitas outras mulheres valorizam a experiência e o convívio propiciados pelas temporadas de trabalho no estrangeiro.

A história desta emigração sazonal feminina é muito particular. Tudo começou há cerca de 15 anos, por intermédio de um rapaz, o Luís, que tendo alguns contactos em Coimbra, acabou por saber da existência desta oportunidade de trabalho temporário bem remunerado. Na altura, a maior parte das pessoas que fazia a campanha da apanha da maçã nesta propriedade da Suíça eram estudantes universitários. Foi por intermédio de um deles que o Luís acabou por ir um ano trabalhar na apanha da maçã para a Suíça, onde ficou a trabalhar a tempo inteiro até hoje (tem 44 anos). Entretanto, ele começou a dizer às suas irmãs, que vivem no local em estudo, que a oferta de trabalho naquela região era para actividades laborais que elas “também eram capazes de fazer”, incentivando-as a ir temporariamente fazê-lo. Depois de falar com o patrão, que aceitou recebê-las, o Luís conseguiu levar uma irmã para fazer uma campanha. Desde então, para além de 3 das suas irmãs,

muitas outras mulheres da região já foram fazer a “apanha da maçã” para a Suíça nesta propriedade onde o Luís trabalha.

Esta foi, para muitas mulheres, a primeira vez que saíram do país e uma das poucas oportunidades de trabalho assalariado disponível. O que torna esta experiência tão específica é o facto de a maior parte das mulheres que vão serem principalmente agricultoras – ainda que também haja mulheres que trabalham em fábricas e conseguem articular este trabalho com o período de férias – e que, até essa altura nunca tinham experimentado esta situação de mobilidade laboral. Por outro lado, o sucesso desta prática tem também a ver com o facto de ser um trabalho agrícola ao qual, apesar do seu ritmo muito intenso, as mulheres deste contexto já estão habituadas. Juntam assim o útil ao agradável, um trabalho assalariado na sua actividade habitual, que lhes permite manter as responsabilidades na terra (porque é muito concentrado no tempo) e, ao mesmo tempo, aceder a uma quantidade considerável de dinheiro.

Este trabalho na propriedade da Suíça apenas ocasionalmente é realizado por homens e, nesse caso, apenas pelos mais jovens. Os contactos que a irmã do Luís estabelece com as outras mulheres da região preenchem as necessidades de mão-de-obra, ao mesmo tempo que vão criando expectativas entre aquelas que não o fizeram ainda e as que nunca tinham pensado em emigrar.

Também neste tipo de trabalho – apanha de fruta (maçã, morango, alperce), vindimas, plantação de árvores – existem muitas oportunidades de trabalho sazonal, principalmente na Suíça, Alemanha e França, que contam já com os angariadores de trabalhadores na região, como a dupla Luís e irmã. Na maior parte dos casos, são pessoas que trabalham nestes países permanentemente e que, através das suas relações familiares contactam pessoas no seu local de origem para estes trabalhos.

Existem ainda algumas famílias emigradas que correspondem ao padrão migratório dos anos 60 e 70 para França, Suíça e Luxemburgo. Elas costumam vir à sua terra uma vez por ano, normalmente durante as férias de verão. O projecto de retorno associado a esta emigração é evidente naqueles casos que conhecemos de famílias que já se restabeleceram no seu local de origem. Depois de se terem reformado, muitas pessoas regressam e aqui permanecem a viver dos seus rendimentos ou mesmo investindo num novo negócio. Nesta região, alguns dos casos

mais bem sucedidos são aqueles em que estes antigos emigrantes abriram um restaurante e uma pousada. Normalmente, quando os filhos são menores, acompanham os pais quando estes decidem regressar. É também frequente que os filhos adultos destes emigrantes tenham optado por permanecer no país onde viveram grande parte da sua vida, sendo que, mesmo assim, alguns tencionam também vir a estabelecer-se em Portugal.

Na maior parte dos casos mais recentes, os jovens casais emigraram logo no início do casamento, em alguns casos para o mesmo país onde o homem já tinha estado antes de casar, tendo regressado ao local de origem quando os filhos atingem a idade escolar ou quando já têm meios financeiros suficientes para construírem uma casa. Este foi o principal objectivo da Raquel e do marido quando decidiram emigrar para França, há cerca de 14 anos. Trabalhavam os dois na produção de hortícolas. Entretanto, como já tinham construído a casa onde vivem agora, não tinha dívidas e o filho mais velho fazia 6 anos, a idade para entrar na escola. Assim, mais uma vez em resultado de um projecto familiar consolidado, decidiram voltar. Uma vez retornada, a Raquel voltou a trabalhar nas terras, como tinha feito anteriormente e o marido voltou para a construção civil. Ocasionalmente, faz uns contratos de trabalho temporário no estrangeiro, mas ela diz:

“Não é uma vida fácil, não. Nem para o que vai nem para o que fica. (...) Aqui na região também não há emprego e quando é só uma pessoa a ganhar é difícil sustentar a família, muitas das vezes é o que nos faz sair...”

Como não encontra emprego e o ordenado do marido não chega para as novas exigências (as despesas com os filhos), principalmente em comparação com os rendimentos que tinham em França, reconhece que preferia ter ficado, apesar do esforço.

“O patrão era engenheiro e ela [a esposa] professora. (...) Ele admirava-se como é que eu trabalhava tanto! Ele trabalhava connosco e ao fim-de-semana ele é que ia às compras. Eu até me irritava! Eu era uma escrava... O almoço tinha de o fazer no dia anterior à noite, levar e buscar o filho, banho, compras, arrumar a casa... Enquanto ela só dava as aulas e ainda tinha mulher-a-dias e eu pensava que mulher sou eu?! Aqui também era assim... Eu achava normal... Quando cheguei lá é que eu achei... “Eu sou uma escrava!” – disse para o meu marido. Na altura só pensávamos que queríamos o nosso dinheiro para fazer a nossa casinha. Ele chegava a casa e dava banho ao garoto, e ajudava na roupa. Eu aí já acho que sou uma mulher

com sorte, mesmo agora aqui ele ajuda, não importa o quê. Só na cozinha é que ele não gosta muito... mas já se pode dizer que sou uma mulher com sorte. Lá eu pensava, mas [a mulher do patrão] está cansada porquê?... Mas foram habituadas assim! Havia lá um engenheiro que trabalhava para o meu patrão e ele quis vir cá a Portugal e (...) vieram cá 15 dias e ficaram encantados com isto... e já cá voltaram... Admiravam-se, ainda andavam as vacas com o carro. Eles como vêm naquela zona tudo com máquinas e ficavam a olhar para as mulheres, ela ficava palerma da maneira como trabalham aqui!”

De facto, é muito pouco comum que as mulheres emigrantes casadas não trabalhem. A excepção acontece nos casos em que existem filhos pequenos, mas na maior parte dos casos, as crianças acabam por ficar ao encargo de amas particulares ou ingressar nos serviços de apoio à infância locais, o que nem sempre é economicamente compensatório relativamente ao ordenado que a mulher auferir. Por outro lado, nem sempre os imigrantes têm direito a usufruir dos serviços públicos de educação. Esta situação mostra a importância das diferentes condições de acolhimento com que os emigrantes se deparam, não só no acesso à educação, saúde e protecção social, como no que toca às outras condições legais e reais de cidadania, à organização do mercado de trabalho, etc. Em países como a Suíça, onde a fiscalização é apertada, é muito difícil uma mulher conseguir um contrato de trabalho quando tem filhos menores, a menos que comprove ter onde os deixar.

A Rosa esteve emigrada juntamente com o marido na Suíça durante 10 anos e considera que sacrificou muito o filho mais velho quando era criança, disse-me o seguinte:

“Desde pequenino que ele andou numa baby-sitter [uma senhora italiana], que tomou conta dele até ele já ser grande. (...) Pois eu trabalhei sempre, o meu Pedro foi sempre na baby-sitter, foi complicado... Foi muito sacrifício. Para ele e para nós. Porque chegava-se à altura e ele agarrava-me no pescoço e não me largava e eu tinha que o tirar. E eu ia trabalhar com elas, como se costuma dizer, a cantar pela cara abaixo... Foi muito difícil... Ele não queria, era natural, uma criança e queria ficar com a mãe... Mas naquela altura andava a fazer a casa... ia lá, trabalhava, 7 ou 8 meses, era uma estação. (...) Fazia-se a estação, vinha-se. Vinha com o meu marido. Trabalhávamos na casa. Esta casa foi feita totalmente pelo meu marido. E ajudava. Pois era.”

Entretanto, decidiram que ela voltava para Portugal quando o filho tivesse idade para entrar para a escola.

“(…) quando o Pedro foi para a escola eu vim. Porque o meu marido é assim: ‘sem um é mau, mas sem os dois é muito pior’. Ele costuma dizer assim. E o meu marido nunca concordou que eles ficassem com os avós ou com alguém, isso nunca. E então fiquei eu e pronto, o Pedro foi para a escola.”

“Ora bem, eu não fiquei lá porque eu quis ter um filho cá na escola. Porque é assim, eu sei que ao ficar lá com os filhos depois é muito complicado. Eu vi colegas minhas, uma albanesa, que queria ir para a sua terra, ia lá fazer a casa, e tinha que deixar um filho lá, queria engravidar outra vez para ter outro, porque o filho dela já não queria voltar. Então eles criam lá as raízes deles, os amigos deles, a vida deles é lá, eles depois não querem voltar. Tem estas duas casas aqui em cima, também eram emigrantes, eles chegaram a vir embora, mas os filhos ficaram lá todos. Porque a vida deles está toda lá. E eu sei que isso ia acontecer também... foi uma opção que eu tomei. Ou ia para lá, todos, e ficavam lá. Escusava de ter feito este casarão porque fazia a minha vida lá, tinha lá os meus filhos na escola. E sabia que se um dia quisesse voltar, já velhita, com a reforma, eles ficavam lá. Ou então metia-os na escola cá para eles fazerem a vida cá. E foi essa a minha opção, meti-os cá na escola...”

Enquanto isso, o marido permaneceu na Suíça, onde já vive há quase 20 anos. Tenciona voltar já no próximo ano, mas, como trabalha na construção civil, teme a mudança das condições de trabalho e o ordenado, claro. Ela diz que o filho mais novo, agora com 7 anos, tem mais sorte que o irmão, por ter nascido e crescido em Portugal, com a mãe.

“Agora o Tiago não. Como eu costumo dizer, esse já nasceu em berço de ouro. Esse não precisou de andar nas baby-sitters... Sempre com a mãe. Foi muito melhor que o Pedro. O Pedro sofreu mais, foi muito mais sacrificado. É natural, andávamos a fazer a casa naquela altura. Ele foi mais sacrificado, foi. Mas paciência, são alturas. Tinha que ser.

(...) Então eu já tive o Tiago com 30 e... 34 anos, fui caminhando e deixei mesmo prá última. (...) Mais um ano ganha-se mais para isto, mais um ano para isto, mais um ano para aquilo... e então, como aos 35 já era de risco, foi mesmo quase...”

Como vimos, o objectivo imediato da emigração é muitas vezes conseguir uma situação económica que seja suficiente para comprar ou começar a construir uma casa. Também por este motivo, é frequente que aquele que começou por ser um projecto migratório temporário se venha a estender por mais anos do que o esperado inicialmente, à medida que vão surgindo outras necessidades na família (por exemplo, com a entrada dos filhos na escola, a compra de um carro ou de um terreno).

Apresentamos agora o caso da Maria porque a sua história, apesar de ser bastante particular, demonstra como o projecto familiar e a prática da migração se alteram mutuamente ao longo do tempo. Antes de casar, o marido da Maria já ia trabalhar para a Alemanha e, no total, já lá vai há 45 anos. Quando ela foi ter com ele, há cerca de 30 anos, tinham dois filhos e a Maria estava grávida do terceiro. Na altura, ela era a única mulher a trabalhar na plantação de árvores e até ganhava menos que os homens.

Durante as três vezes por ano em que ocorriam estas deslocações para a Alemanha, os filhos da Maria ficavam ao cuidado da avó materna e de uma tia que era solteira. Mais tarde, a filha mais velha começou a tomar conta dos irmãos (“era a mãezinha deles”) e também das terras. Quando regressavam, a Maria conta que ela e o marido adiantavam muito o trabalho nas terras (refere-se principalmente ao trabalho de lavrar) e depois a filha e a irmã faziam a manutenção enquanto eles não estavam.

O marido ainda hoje faz estes contratos sazonais e inclusivamente é ele quem mobiliza um grupo de homens da região para este trabalho. Entretanto, a Maria deixou de ir há cerca de 15 anos, quando o filho mais novo, que foi o único que esteve sempre com os pais na Alemanha, veio para a escola. Nessa altura, também a sua sogra ficou doente e foi a Maria quem ficou a cuidar dela. Hoje em dia, com 65 anos, ela continua a trabalhar muito na agricultura e diz que as terras dela e da irmã “estão a parecer bem”, em comparação com as terras do irmão, que não vive na região.

A Maria conta que é muito presa à sua terra e, em tantos anos a viver na Alemanha, nunca investiu em nada lá, assim como nunca ponderou ficar. Diz que o marido tenciona continuar a fazer estas campanhas por apenas mais um ou dois anos, até se reformar. Depois de ajudar os filhos na aquisição das respectivas casas, têm investido na compra de pinhais, onde estão a plantar árvores para evitar que fiquem “a monte”. Diz que os filhos não se importam que eles invistam e, como só vêm a casa aos fins-de-semana, não vão cultivar muito mais para além de uma horta.

Mais frequente do que a emigração sazonal feminina descrita acima, a emigração masculina caracteriza indubitavelmente as práticas familiares da região. Na maior parte dos casos em que acontece esta situação, é habitual a mulher não ter

um emprego assalariado, encarregando-se do trabalho nas terras e com os animais e ainda do cuidado aos filhos. É assim com a Alice, que tem 55 anos e três filhos. O seu marido tem 60 e há mais de 30 que está emigrado, primeiro em França e depois, permanentemente, na Arábia Saudita. No caso da Adelina, que tem 43 anos, o seu marido também emigrara por uns tempos logo depois de se casarem, para ganhar dinheiro e construir a casa. Como não gostava muito da situação, voltou e ficou a trabalhar na região. Hoje em dia, trabalha por contratos sucessivos em França, porque o patrão descobriu lá um novo mercado de trabalho. Mas ambos consideram a sua situação temporária.

Já a Rita tem 26 anos e trabalha numa fábrica na região. O seu marido, da mesma idade, já esteve emigrado em França e, na altura em que a entrevistei, ele estava a trabalhar temporariamente na Alemanha. Todos os anos, ambos prometem um ao outro que é o último que ele vai, mas enquanto a casa estiver por pagar a emigração temporária parece a solução mais viável.

Apesar das diferentes idades, estas três gerações de mulheres e homens, têm a mesma situação familiar, valorizando o propósito de a mãe ficar com os filhos no local de origem enquanto os homens emigram para trabalhar. À excepção da Rita, que trabalha na fábrica, estas mulheres têm uma identidade que passa muito pela sua ligação com a terra. Têm quotidianamente uma relação de trabalho e entreajuda muito próxima com os seus pais, chegando mesmo a haver em muitos casos comensalidade e co-residência enquanto os maridos estão ausentes (cf. Pina Cabral 2003a).

Como vimos, existe neste contexto desde há muitos anos uma prática de emigração temporária e masculina. Primeiro para o Brasil, e depois para os países europeus, encontramos várias gerações de homens que emigraram antes de casar ou sensivelmente até aos 30 anos de idade. Muitos dos pais das minhas interlocutoras de cerca de 50 anos viveram alguns anos no Brasil, nas décadas de 30 e 40. Mais tarde, na década de 1960, foi a vez dos maridos delas, desta vez para a Suíça, a França e a Alemanha. Desde as décadas de 80/90 para cá, os destinos principais mantêm-se e, seguindo a linha de raciocínio, são os seus filhos que emigram. Normalmente ainda residem com os pais e, quando emigram, fazem-no por intermédio de redes de contactos estabelecidas no local de origem e a partir de pessoas que já emigraram

também. Emigram temporariamente, por cerca de 2 a 5 anos, trabalhando principalmente na construção civil, nos sectores do turismo (hotelaria e restauração) ou na agricultura e floresta.

Uma vez que a maioria dos homens da região trabalha diária ou semanalmente fora da localidade, na prática, não existe grande diferença entre os homens emigrados temporariamente e aqueles que fazem sucessivamente pequenos contratos de trabalho no estrangeiro (por períodos que vão de três semanas a três meses), principalmente na construção civil. Na maior parte dos casos, esta opção é tomada por referência ao rendimento, que é significativamente maior (compensando mesmo o facto de o ritmo de trabalho estar sujeito a algumas interrupções). O contacto faz-se geralmente por intermédio do antigo patrão local (que passou a fazer trabalhos no estrangeiro, devido à quebra da oferta de trabalho na região), ou através de parentes e amigos que trabalhem já em empresas estrangeiras dispostas a recrutar trabalhadores nesta condição. Esta modalidade de trabalho relativamente recente, que decorre da entrada de Portugal no Espaço Schengen (em 1995), possibilitou a livre circulação de trabalhadores dentro da EU e veio a permitir precisamente que estes trabalhadores deixassem de estar numa situação de ilegalidade.

### O projecto familiar

A análise das práticas migratórias deste contexto evidencia modelos de organização familiar e concepções de género muito particulares relativamente à realidade portuguesa. Estas modalidades de emigração estão relacionadas com as condições de vida específicas daquela região de origem, tais como os regimes de trabalho, os objectivos da emigração e ainda o ciclo de vida familiar. Assim, os tipos de emigração – masculina ou do casal, permanente ou temporária – são influenciados pela idade dos elementos da família ou fase do casamento em que se encontram, a existência de filhos e/ou de outras pessoas dependentes.

Por outro lado, ao longo do tempo, foram acontecendo várias mudanças políticas e socioeconómicas ao nível mais macro-estrutural, o que também foi proporcionando diferentes oportunidades às várias gerações. Depois de uma situação ilegal, muitos dos emigrantes que partiram para os países da Europa Central na

década de 70, viram em meados dos anos 90 as condições de cidadania alteradas, o que acabou por se reflectir nalguns casos num estabelecimento mais duradouro dos próprios e dos seus filhos nos contextos de acolhimento e, noutros, numa maior mobilidade entre os locais de origem e os vários países onde se realiza o trabalho temporário.

Como demonstram muitos trabalhos, a forma como os emigrantes portugueses se integram nas sociedades de acolhimento depende destas condições, mas também da existência de redes sociais estabelecidas historicamente nestes contextos<sup>14</sup>. A construção de redes sociais apoia e possibilita o acesso às informações tanto no local de partida, como de destino, onde elas facilitam a colocação no mercado de trabalho e nos espaços de sociabilidade, assim como algum apoio económico, institucional e emocional. Constituídas inerentemente pelas relações familiares, são muitas vezes estas redes já estabelecidas que incitam à emigração, fortalecendo assim as relações de parentesco também entre pessoas que estão em diferentes países.

Um dos meus informantes, ex-emigrante na Suíça durante mais de 20 anos, serviu de eixo a partir do qual todos os seis irmãos e vários sobrinhos seus vieram a emigrar numa determinada fase da vida. Este mecanismo acaba por funcionar ainda hoje, numa altura e que ele já se restabeleceu no seu local de origem, não perdendo, porém, o lugar de charneira com o país onde trabalhou.

Tal como outros autores demonstraram, em vez de uma desestruturação dos laços de parentesco (cf. Pina Cabral 1989, Brettell 1991 e Gardner 2001), aquilo que todos os casos apresentados nos permitem argumentar é que a emigração assenta precisamente na construção de um projecto familiar concertado que define os objectivos, a modalidade e a duração desta experiência. Ao mesmo tempo, ele decorre de um processo de divisão sexual do trabalho que institui uma grande diferenciação de género. Enquanto os homens estão encarregues de prover à família o acesso ao dinheiro através da emigração, as mulheres ficam responsáveis pela educação dos filhos e ligação com a terra.

---

<sup>14</sup> Cf. Brettell 2003 para a análise das redes sociais estabelecidas na emigração portuguesa em Paris e Toronto; cf. Marques 2008 para a Suíça; Leandro (1996) para França; cf. Rowland (1998a, b e c) para o Brasil, os EUA e o Canadá, entre outros autores.

Tanto no caso das famílias emigradas como no caso em que apenas o homem está emigrado o retorno é um objectivo muito frequente. No entanto, muitas vezes o projecto migratório vai mudando com o tempo, com o nascimento ou casamento dos filhos ou com a compra de uma casa, fazendo com que o retorno vá sendo adiado por mais uns anos. Para estes homens, mesmo que estejam emigrados durante muitos anos, a emigração é experienciada como um tempo provisório, fora da “normalidade”, um sacrifício que possibilita a posterior vivência da “normalidade” na sua terra, acompanhado pela sua família. Falamos, então, de processos de identidade e pertença familiar específicos que utilizam categorias espaciais como a da “terra” ou da “casa”, e que promovem tanto a mobilidade das pessoas como a sua pertença a um território.

Tal como acontece noutros contextos, a emigração dos jovens adultos solteiros e durante os primeiros anos de casados acaba por ter um papel vital no ciclo de vida dos homens e na constituição da sua masculinidade (cf. Osella e Osella 2000). Ao mesmo tempo, este projecto familiar evidencia também a centralidade da relação mãe/filho tão vincada como estrutura de longo-termo nas sociedades de grande influência judaico-cristã do Sul da Europa, onde a conjugalidade é, ao mesmo tempo, o centro da constituição familiar (cf. Ortner e Whitehead 1981 e Pina Cabral 1991).

Tanto para as mulheres que emigram como para aquelas que ficam (enquanto os seus maridos emigraram), existem características das práticas familiares e de género que decorrem desta marca da emigração nos projectos familiares. Durante a ausência do marido, a mulher assume novas responsabilidades. E, como vimos, nos contextos migratórios a distribuição de tarefas entre homens e mulheres pode fazer-se de maneira diferente daquela que é válida para a vivência no contexto de origem.

Assim, a recente emigração temporária feminina, caracterizada por deslocações sazonais que são conjugadas com as actividades agrícolas, começa a ser uma prática aceitável para as mulheres de meia-idade (cujos filhos já “estão criados”) e a entrar nas expectativas daquelas que “ainda não podem”. A forma como as pessoas aproveitam e apropriam estas oportunidades demonstra como os padrões de mobilidade estão a mudar e, ao mesmo tempo, atendendo a que esta mobilidade é articulada com as responsabilidades que têm na agricultura, dá-nos uma indicação de

que a relação com a terra continua a ser valorizada. Estes projectos familiares que envolvem migrações evidenciam, portanto, a necessidade de uma análise que tenha em conta os processos de constituição da identidade e das diferenças de género que nos permitam fugir a uma visão das relações de poder sobre as mulheres como oprimidas ou libertas. Nestas migrações laborais que descrevemos, os homens são recrutados para a construção civil, independentemente da sua qualificação no local de origem. No entanto, no caso das mulheres deste contexto, verificámos que existe uma espécie de especialização do seu trabalho nas áreas do cuidar e também da agricultura. Podemos ver esta situação como no mesmo sentido advogado por algumas teorias económicas sobre as migrações, que consideram que o espaço de trabalho para imigrantes resulta de processos socioeconómicos globais que fazem com que em alguns países certos sectores de actividade sejam menos prestigiados ou menos rentáveis ficando como oferta de trabalho disponível para cidadãos de outros países onde tal não acontece. Tal seria tipicamente o caso da agricultura para muitos países. Ainda que não possamos negligenciar também este facto de organização global da economia, a verdade é que no caso aqui em análise há também uma orientação do projecto emigratório que resulta em grande parte da sua adequação a estratégias familiares, relações de género e até processo de identidade – como é o caso das emigrações temporárias das mulheres de Sever do Vouga. Por isso temos vindo a sublinhar a forma como em Sever de Vouga, por mais paradoxal que pareça, a nova emigração feminina pode ser entendida como uma condição de ligação à terra.

# capítulo 5



conclusão

## Capítulo 5

### Conclusão

Um dos primeiros pontos de partida para este trabalho foi a problematização da predominância da temática da imigração no campo de estudos das migrações transnacionais em crescimento em Portugal. O que é que se pressupõe quando se alega que Portugal mudou de paradigma migratório, deixando de ser um país de emigrantes para se transformar um país de imigrantes? Não haverá implicações académicas sérias nesta colagem da produção científica com a problematização política e social actual? Ainda que se considere que a construção do problema científico tem que incorporar aquilo que é definido como problema social, ele não deve partilhar necessariamente do mesmo diagnóstico. Não deverá antes ser o nosso papel dar conta da diversidade excessiva de problemáticas de vida que se escondem sob a mesma categoria de imigração?

Segundo Marques (2008), a ideia de que houve uma transição migratória em Portugal faz parte da “imaginação do Centro”. Os dados estatísticos demonstram como ela não corresponde a uma realidade tão radical, uma vez que a partir da década de 1990, principalmente devido à emigração temporária, os números da emigração portuguesa voltaram a aumentar, sendo que entre 1992 e 2003 emigraram em média 28 000 portugueses por ano (Pimentel 2003: 208).

Muito há ainda para investigar sobre este assunto, nomeadamente compreendendo a forma como a organização dos mercados de trabalho e os contextos políticos e legais onde se inserem estes emigrantes também se articulam .com os processos históricos de relações económicas e de relações familiares e de género no contexto de origem. A articulação entre esta dimensão de análise e a clássica dimensão das configurações das próprias políticas estatais de incentivo à emigração teria que ser igualmente equacionada, tal como nos mostram trabalhos como o de Rowland (1998a) sobre a emigração portuguesa para o Brasil.

Uma vez que este trabalho não é uma etnografia acabada, mas uma reflexão inicial sobre as relação entre a identidade, a mobilidade e a pertença ao território feita a partir de um ensaio etnográfico, levantam-se muitas questões que podem vir a ser desenvolvidas num trabalho posterior. A prevalência da emigração feminina na

América Latina e da emigração masculina em África e no Sul da Europa evidenciadas pelos estudos do género nas migrações, assim como o conceito de “cultura de migração” que tem origem nos estudos dos contextos caribenhos e cabo-verdianos, por exemplo, poderão talvez permitir enquadrar a questão a partir dos debates regionais sobre a importância da agricultura de subsistência nos contextos rurais de grande emigração.

A análise desenvolvida nesta tese mostra-nos de forma muito claro que nestes contextos rurais portugueses historicamente muito marcados pela emigração, os projectos familiares e de género estão e tendem a continuar a estar ligados com esta dimensão de mobilidade humana. Em Sever de Vouga, em todas as famílias residentes existem ou já existiram pessoas emigradas. Ela é, portanto, uma característica transversal e, para além da emigração masculina, mais enraizada historicamente na estrutura familiar do contexto rural do Noroeste português, verifica-se uma recente emigração feminina, caracterizada por deslocações sazonais para trabalhar no estrangeiro (normalmente em grupos constituídos quase exclusivamente por mulheres) que são conjugadas com as actividades agrícolas que estas mulheres asseguram quotidianamente.

Atendendo ao impacto que a experiência de emigração feminina tem nas relações familiares, entendemos que esta mobilidade está também estreitamente relacionada com a idade e estatuto social, mas principalmente com o ciclo de vida familiar, nomeadamente com a existência de filhos menores ou outras pessoas dependentes. Conheceram-se alguns casos em que, apesar de já ter estabelecido o contacto para realizar um contrato de trabalho temporário no estrangeiro, as responsabilidades familiares a cargo da mulher acabaram por a demover. Do mesmo modo, é vulgar que algumas mulheres que haviam emigrado com os maridos logo após o casamento tenham regressado a Sever do Vouga assim que os filhos atingiram a idade escolar, ficando encarregues da sua educação.

Assim, neste contexto existe frequentemente uma identidade familiar marcada pela experiência da emigração (permanente, temporária e sazonal) e que tem efeitos muito diversos na vida social, económica e demográfica local. É então uma organização familiar caracterizada pela ausência temporária ou permanente de homens e muito dependente de solidariedades intergeracionais marilaterais.

Assistimos, assim, a uma concepção de família que não se circunscreve apenas ao grupo doméstico ou a uma família co-residencial, sendo que a própria emigração aparece como uma das formas possíveis de constituição do parentesco. A existência desta forte dinâmica de mobilidade e deslocação masculina que provoca a dispersão geográfica de muitos dos elementos da família confirma a hipótese de que a emigração não institui uma fragilização das relações familiares mas, ao contrário, depende precisamente da sua activação.

O facto de uma pessoa ter sido criada como membro de uma família com um determinado percurso histórico e estatuto socioeconómico é uma das principais fontes da sua identificação social (no sentido proposto por Pina Cabral 2003b). Sugerindo que a pertença a um determinado contexto rural pode assentar também na constituição das relações familiares caracterizadas por uma grande mobilidade, considerámos o fenómeno da emigração como um aspecto importante da construção de um projecto e uma identidade familiar que promovem uma relação privilegiada com a terra. Esta relação identitária com o território de origem pode basear-se num contínuo investimento neste contexto (seja pela construção de uma casa ou pela compra de propriedade), mas também na criação de um poderoso imaginário partilhado que utiliza as categorias espaciais (como a da “terra” ou da “casa”) na criação de processos de identidade e pertença familiar. Por outro lado, a forma como as mulheres percebem a sua identidade social, passa simbólica e economicamente pela construção de um projecto familiar e de género que não negligenciam a relação com a terra.

## Bibliografia

- ABOIM, SOFIA e KARIN WALL. 2002. “Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos” in: *Análise Social*. Vol. XXXVII (163): 475-506.
- AKESSON, LISA. 2004. *Making a Life: Meanings of Migration in Cape Verde*. Goteborg. Goteborg University.
- ANDERSON, BENEDICT. 1990 (1972). “The idea of power in Javanese culture”. In: *Language and Power: Exploring Political Cultures in Indonesia*. Cornell, Cornell University Press: 17-77.
- ARIZA, MARINA. 2002. “Migración, familia y transnacionalidade en el contexto de la globalización: algunos puntos de reflexión”. in: *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 64 (4): 53-84.
- BOUQUET, MARY. 1986. “A mulher e a unidade de análise”. In: *Análise Social*. Vol. XXII (92-93): 621-631.
- BOYD, MONICA. 1989. “Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas”. In: *International Migration Review*. Vol. 23 (3): 638-670.
- BRETTELL, CAROLINE. 1991 (1986). *Homens que Partem, Mulheres que Ficam: Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*. Lisboa. D. Quixote.
- BRETTELL, CAROLINE e JAMES F. HOLLIFIELD. 2000. “Introduction”. In: BRETTELL, CAROLINE e JAMES F. HOLLIFIELD (ed.). *Migration Theory: Talking Across Disciplines*. Londres e Nova Iorque. Routledge: 1-26.
- BRETTELL, CAROLINE. 2000. “Theorizing migration in anthropology: the social construction of networks, identities, communities and globalscapes”. In: BRETTELL, CAROLINE e JAMES F. HOLLIFIELD (ed.). *Migration Theory: Talking Across Disciplines*. Londres e Nova Iorque. Routledge: 97-135.

- BRETTELL, CAROLINE. 2003. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity and Identity*. Walnut Creek. Altamira Press.
- CARSTEN, JANET. 1996. “The politics of forgetting: migration, kinship and memory on the periphery of the Southeast Asian state”. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute* (n.s.) 1: 317-335.
- CASTEN, JANET. 2000. *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge. Cambridge University Press.
- CASTEN, JANET. 2004. *After Kinship*. Cambridge. Cambridge University Press.
- COLLIER, JANE FISHBURNE e SYLVIA JUNKO YANAGISAKO. 1987. “Introduction”. In: JANE FISHBURNE COLLIER e SYLVIA JUNKO YANAGISAKO (ed). *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis*. Stanford. Stanford University Press: 1-50.
- COLLIER, JANE, MICHELLE Z. ROSALDO e SYLVIA YANAGISAKO. 1997. “Is there a family? New anthropological views”. In: ROGER N. LANCASTER e MICAELA Di LEONARDO (eds.). *The Gender-Sexuality Reader: Culture, History, Political Economy*. Nova Iorque e Londres. Routledge: 71-81.
- DURÃES, MARGARIDA 1985. “Condição feminina e repartição do património: a camponesa minhota – séculos XVIII-XIX” in: *A mulher na Sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais (Actas do Colóquio)* Coimbra. Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras: 117- 134.
- FERREIRA, PEDRO MOURA e SOFIA ABOIM. 2002. “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”. In: *Análise Social*. Vol. XXXVII (163): 411-446.
- GARDNER, KATY. 2001 (1995). *Global Migrants, Local Lives: Travel and Transformation in Rural Bangladesh*. Oxford. Clarendon Press.
- GENTIL DA SILVA, JOSÉ. 1985. “A mulher e o trabalho em Portugal”. In: *A mulher na Sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais (Actas do Colóquio)* Coimbra. Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras: 263-307.

- GLICK-SCHILLER, NINA. LINDA BASCH e CRISTINA BLANC-SZANTON. 1999 (1992). “Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration” In: STEVEN VERTOVEC e ROBIN COHEN (ed). *Migration, Diasporas and Transnationalism*. Cheltenham & Northampton. (MA). Edward Elgar: 1-49.
- GMELCH, GEORG. 1980. “Return migration”. In: *Annual Review of Anthropology*, 9: 135-159.
- GOLDEY, PATRICIA. 1982. “Emigrantes e camponeses uma análise da literatura sociológica”. In: *Análise Social*. Vol. 18 (71): 533-553.
- GOLDEY, PATRICIA. 1983. “Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho”. In: *Análise Social XIX (77/78/79)*: 995-1021.
- GUPTA, AKHIL e JAMES FERGUSON. 2002 (1992). “Beyond ‘Culture’: space, identity and the politics of difference”. In: INDA, JONATHAN XAVIER e RENATO ROSALDO (ed). *The Anthropology of Globalization: a Reader*. Oxford. Blackwell Publishers: 65-80.
- HOWELL, SIGNE e M. MELHUUS. 1996 (1993). “The study of kinship, the study of person, the study of gender?” In: TERESA del VALLE (ed.) *Gendered Anthropology*. Londres e Nova Iorque: 38-53.
- KEARNEY, MICHAEL. 1986. “From the invisible hand to visible feet: anthropological studies of migration and development”. In: *Annual Review of Anthropology*, 15: 331-361.
- KING, RUSSELL. 2001. “The troubled passage: migration and cultural encounters in southern Europe” In: *The Mediterranean Passage: Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*. Liverpool University Press: 1-21.
- LEAL, JOÃO. 2007. “Usos da ruralidade: apresentação”. In: *Etnográfica*. Vol 11 (1): 57-62.
- LEANDRO, ENGRÁCIA e CAROLINA LEITE. 1996. “Identidades femininas em contexto migratório”. In: *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares: Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais: 175-189.

- LEANDRO, ENGRÁCIA. 2004. “Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios: uma perspectiva analítica”. In: *Análise social*. Vol. 39 nº170 (Primavera 2004): 93-117
- LIMA, ANTÓNIA PEDROSO. 1996. “A pluriactividade como estratégia de reprodução familiar na Madragoa”. In: *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares: Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais: 273-281.
- LIMA, ANTÓNIA PEDROSO DE. 2002. “A continuidade como ideal da família e do grupo social”. *Grandes Famílias, Grandes Empresas*. Lisboa. Afrontamento: 117-169.
- LISON-TOLOSANA, CARMELO. 1983 (1966). *Belmonte del los Caballeros: Anthropology and History in na Aragonese Community*. Princeton: Princeton University Press.
- LOBO, ANDRÉA DE SOUSA. 2006. *Tão Longe, Tão Perto: Organização Familiar e Emigração Feminina na Ilha da Boa Vista – Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Universidade de Brasília.
- MALKKI, LIISA. 1992. “National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity among Scholars and Refugees”. *Cultural Anthropology* 7(1):24–44.
- MALKKI, LIISA. 1995. “Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things”. *Annual Review of Anthropology* 24:495–523.
- MARQUES, JOSÉ CARLOS LARANJO. 2008. *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- MASSEY, D. *et al.* 1993. “Theories of international migration: a review and appraisal”. In: *Population and Development Review*, 198 (3): 131-466.
- MICAELO, ANA LUÍSA. 2005. *Mulheres, Trabalho e Espaços de Ruralidade: um estudo antropológico em Sever do Vouga*. Dissertação de Investigação I e II (policopiado). Coimbra. Departamento de Antropologia da F.C.T.U.C.

- MICAELO, ANA LUÍSA. 2008. “Identidade de género e relações familiares em meio rural (Centro-Norte/Portugal)”. Comunicação apresentada no GT 20: Identidades, Redes e Territorialidades no Espaço Rural da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Porto Seguro – BA (Brasil), de 1 a 4 de Junho de 2008.
- NETTING, ROBERT, RICHARD WILK e ERIC ARNOULD (eds). 1984. *Households: Comparative and Historical Studies of the Domestic Group*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
- O’NEIL, BRIAN JUAN. 1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros: A Desigualdade Social numa Aldeia Trasmontana*. Lisboa. Publicações D. Quixote.
- OLWIG, KAREN FOG e KIRSTEN HASTRUP. 1997. “Introduction”. In: KAREN FOG OLWIG e KIRSTEN HASTRUP (ed.). *Sitting Culture: The Shifting of Anthropological Object*. Londres. Routledge: 1-14.
- OLWIG, KAREN FOG. 1997. “Cultural sites: sustaining a home in a deterritorialized world” in: KAREN FOG OLWIG e KIRSTEN HASTRUP (ed.). *Sitting Culture: The Shifting of Anthropological Object*. Londres. Routledge: 17-39.
- ORTNER, SHERRY e H. WHITEHEAD. (1981). “Introduction: Accounting for sexual meanings”. In: ORTNER, SHERRY e H. WHITEHEAD. *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne e Sydney: Cambridge University Press: 1-27.
- ORTNER, SHERRY. 1984. “Theory in Anthropology since the Sixties”. In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 26 (1): 126-166.
- OSELLA, FILIPPO e CAROLINE OSELLA. 2000. “Migration, money and masculinity in Kerala”. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 6: 117-133.
- PEDRAZA, SILVIA. 1991. “Women and migration: the social consequences of gender”. In: *Annual Review of Anthropology*, 17: 303-325.
- PIMENTEL, IRENE. 2003. “Portugal ainda é cais de partida: alguns dados da emigração no período 1992-2003”. In: *GeoINova* nº 8: 207-211.

- PINA CABRAL, JOÃO DE. 1989 (1986). *Filhos de Adão, Filhas de Eva: A Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*. Lisboa. Publicações D. Quixote.
- PINA CABRAL, JOÃO DE. 1991. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa. Difel.
- PINA CABRAL, JOÃO DE. 2003a (1997). “Lei e paternidade: as leis de filiação portuguesas”. *O Homem na Família: cinco ensaios de Antropologia*. Lisboa. Imprensa do ICS: 89-118.
- PINA CABRAL, JOÃO DE. 2003b (1997). “A pessoa familiar”. *O Homem na Família: cinco ensaios de Antropologia*. Lisboa. Imprensa do ICS: 117-149.
- PINA CABRAL, JOÃO DE e ANTÓNIA PEDROSO DE LIMA. 2005. “Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social”. *Etnográfica*, Vol. IX (2): 355-388.
- ROWLAND, ROBERT. 1998a. “O problema da emigração: dinâmicas e modelos”. In: FRANCISCO BETHENCOURT e KIRTICHAUDHRI (org). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa. Círculo de Leitores: 304-323.
- ROWLAND, ROBERT. 1998b. “Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família”. In: FRANCISCO BETHENCOURT e KIRTICHAUDHRI (org). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa. Círculo de Leitores: 324-347.
- ROWLAND, ROBERT. 1998c. “Portugueses no Brasil: projectos e contextos” in: FRANCISCO BETHENCOURT e KIRTICHAUDHRI (org). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa. Círculo de Leitores: 348-373.
- SANJEK, ROGER. 1990. (ed). *Fieldnotes: The Making of Anthropology*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- SMITH, ANDREA. 2008. “Transnationalism and the Immigrant: Continuity or Paradigm Shift?” in: *Identities: Global Studies in Culture and Power*. 15: 462–481.
- SOBRAL, JOSÉ MANUEL. 1999. *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

- STOLCKE, VERENA. 1996. (1993) “Is sex to gender as race is to ethnicity?”. In: TERESA DEL VALLE (ed). *Gendered Anthropology*. Londres e Nova Iorque. Routledge: 17-37.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. 2004. *Outros Destinos: Ensaio de Antropologia e Cidadania*. Porto. Campo das Letras.
- VIEGAS, SUSANA DE MATOS. 2007. *Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro. 7 Letras.
- WALL, KARIN. 1986. “A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo” in: *Análise Social*. Vol. XXII (92-93): 661-668.
- WALL, KARIN (org.). 2005. *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- WOORTMANN, ELLEN F. e KLAAS WOORTMANN. 1997. *O Trabalho da Terra: A lógica Simbólica da Lavoura Camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.